



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 081 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE JULHO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 081**

### **74ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios ..... 07

Telegramas ..... 08

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Dep. Marcelo Rangel ..... 19

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 20

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano ..... 21

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana ..... 22

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 24

Discussão/Votação

3ª Discussão ..... 25

2ª Discussão ..... 25

1ª Discussão ..... 26

Requerimentos ..... 57

**Encerramento da Sessão ..... 58**

### **DIÁRIO Nº 081**

### **74ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**16 DE JULHO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Professor Luizão e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Fábio Camargo, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mamede e Pedro Ivo (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 026/07

Curitiba, 04 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das taxas do exercício do Poder de Polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002.

O plano de lei ora proposto à apreciação dessa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da administração, sendo indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado da Segurança Pública e das próprias corporações Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado do Paraná, cuja medida legal irá assegurar condições no sentido da perfeita exequibilidade da referida Lei nº 13976/02, instituidora do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros - FUNCB e das taxas pelos serviços prestados pela corporação, as quais compõem a receita do referido Fundo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### **ANTEPROJETO DE LEI**

##### **Disposição Preliminar**

Art. 1º Esta lei estabelece as normas do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das taxas de exercício do Poder de Polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002.

#### **Capítulo I**

##### **Do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Contraditória**

Art. 2º A apuração das infrações à legislação que regulamenta a cobrança das taxas de Poder de Polícia e

de prestação de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002, e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

#### **I - Fase Preliminar**

O processo fiscal poderá ser motivado:

a) pela representação lavrada por servidor vinculado ao Corpo de Bombeiros que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação reguladora das taxas, a qual conterá as características intrínsecas do auto de infração, excetuando-se a obrigatoriedade da intimação do sujeito passivo;

b) pela reclamação, sob a forma de defesa, do sujeito passivo destinatário das atividades estatais relativas aos fatos geradores das taxas;

c) pela denúncia, que poderá ser:

1. escrita - devendo conter a identificação do denunciante e a qualificação do denunciado, se conhecida, e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração;

2. verbal - devendo ser reduzida a termo e devidamente assinado pela parte denunciante, na unidade do Corpo de Bombeiros competente, contendo os elementos exigidos no item anterior.

#### **II - Das instâncias de julgamento**

Para fins de tramitação e fases do processo fiscal são essas as instâncias de julgamento:

a) 1ª Instância - As seções e subgrupos ou órgão local competente que desempenhar as atividades estatais definidas como hipóteses de incidência das taxas e de sua cobrança;

b) 2ª Instância - Os grupos regionais, nos termos da legislação reguladora, os quais mediante Regimento Interno, instituirão colegiados para deliberarem sobre os recursos das decisões de 1ª Instância;

c) 3ª Instância - O comando do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

#### **III - Início do Processo Fiscal**

O processo fiscal terá início na seção, no subgrupo ou o órgão indicado pelo Comando Geral como competente para desempenhar a atividade estatal definida como hipótese de incidência das taxas e da sua respectiva cobrança, considerando-se iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

b) por qualquer outro ato escrito praticado por servidor competente no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado do ato o sujeito passivo, seu representante ou preposto.

#### **IV - Auto de Infração**

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a lavratura de auto de infração por servidor vinculado ao Corpo de Bombeiros, indicado

pela legislação reguladora do exercício da função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação, observando-se que:

a) o auto de infração não deverá conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda dele constar:

1. o local, a data e a hora da lavratura;
2. a qualificação do autuado;
3. o dispositivo infringido a Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002 e a penalidade aplicável nela estabelecida;
4. o valor do crédito tributário relativo à taxa, quando devido, demonstrado em face da atividade estatal exercida;
5. a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto, sendo que a assinatura não importa em confissão, bem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade;
6. a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;
7. a assinatura do autuante e sua identificação funcional.

b) as eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo;

c) o Conselho Diretor do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais.

#### **V - Intimação**

a) a intimação para que o autuado integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o item XI deste artigo, far-se-á:

1. pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, ou da decisão, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento;

2. por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do autuado, quando resultar infrutífera a alternativa adotada, de acordo com o disposto no item anterior;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do intimado;
2. na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omitida, 15 dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

c) 30 dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

#### **VI - Da Reclamação**

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo autuado, no prazo de 30 dias, a contar da data

em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o autuado aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do processo;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

#### **VII - Contestação**

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em 48 horas, ao servidor autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de 30 dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado;

#### **VIII - Diligências**

O Comandante da seção ou do subgrupamento da unidade local de 1ª Instância, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

#### **IX - Parecer**

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até 15 dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

#### **X - Revisão de Auto de Infração**

Se, após a lavratura do auto de infração e antes da decisão de 1ª Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será lavrado auto de infração revisional, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de 30 dias para apresentação de reclamação;

#### **XI - Julgamento em Primeira Instância**

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao Comandante da Seção ou do Subgrupamento, ou outra unidade local do Corpo de Bombeiros, desde que nela tenha início o processo fiscal, sendo que antes de proferir a sua decisão poderá solicitar a audiência de órgão jurídico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná ou da Procuradoria Geral do Estado;

#### **XII - dos Recursos para Segunda Instância**

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao órgão de 2ª Instância são:

1. de ofício, da decisão favorável ao sujeito passivo, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2. ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão.

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Comando Geral ou órgão colegiado indicado, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) procedimento em segunda instância obedecerá o disposto em Regimento Interno dos Grupamentos regionais;

### **XIII - Do Julgamento em Terceira Instância**

Das decisões proferidas pelos órgãos de julgamento em 2ª instância favoráveis ao sujeito passivo caberá recursos especial ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros ou órgão colegiado por ele constituído, na forma de Regimento Interno, interposto pelo Comandante do grupamento regional em que tenha ocorrido o julgamento, sendo que da decisão do Conselho Diretor do FUNCB não caberá mais recurso administrativo.

### **XIV - Vista dos Autos**

Em qualquer fase do processo e em qualquer instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista dos autos na repartição, do órgão em que tramitar o feito, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado ou de seu advogado legalmente constituído, com poderes especial para tanto, lavrando o servidor o respectivo termo com indicação das peças fornecidas.

### **XV - Decisões Finais**

As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) depois de decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis ao estado serão executadas mediante intimação do autuado pela unidade em que teve início o processo fiscal, observado no que couber o disposto no inciso V deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

b) os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de:

1. extinção ou exclusão do crédito tributário, na forma do que dispõem os artigos 156 e 175, respectivamente, do Código Tributário Nacional;

2. regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal;

c) o encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente da nova intimação ou notificação do

sujeito passivo, além da prevista na alínea “a” deste inciso;

d) o crédito tributário será cancelado no caso de o Comando Geral ou órgão colegiado instituído ter proferido decisão final e irreformável, por mais uma vez, sobre a mesma matéria, de forma favorável ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, comprovado por certidão do referido órgão;

### **XVI - da Parte do Crédito Tributário Não Impugnado**

Se o sujeito passivo concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de 1ª Instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamações ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

## **Capítulo II**

### **Do Ato de Inscrição em Dívida Ativa**

Art. 3º Tornando-se irrecorrível a decisão e sendo procedente a exigibilidade do crédito tributário, deverá a autoridade competente efetivar o lançamento, discriminando o valor do tributo, o valor dos acréscimos legais decorrentes dos juros de mora e da correção monetária, bem como, se for o caso, o valor da penalidade pecuniária, indicando, para tanto, os dispositivos legais pertinentes, determinando a inscrição em dívida ativa.

§ 1º A autoridade competente remeterá, mediante ofício, à Coordenação da receita do Estado os documentos necessários para a formalização do ato de inscrição em dívida ativa, nos termos da legislação estadual aplicável.

§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o sujeito passivo será notificado através de:

I - correspondência registrada - AR;

II - edital publicado no Diário Oficial, quando não encontrado pela empresa de correios no endereço indicado no ato de exigibilidade das taxas ou onde tiver o seu domicílio tributário, na forma do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional.

§ 3º O encaminhamento das certidões de dívida ativa à Procuradoria Geral do Estado para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior.

## **Capítulo III**

### **Das Disposições Gerais e Finais**

Art.4º A partir da eficácia desta lei todas as infrações à legislação tributária das taxas previstas na Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002 serão apuradas de acordo com as normas processuais deste diploma legal e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo Único. As penalidades previstas nesta lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

Art. 5º Para determinação do montante devido aplicam-se os critérios e coeficientes previstos na legislação tributária estadual, notadamente a disciplina estabelecida pela Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 - Lei do ICMS:

I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito.

II - de cobrança de juros de mora.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos 60 (sessenta) dias após a sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

**MENSAGEM Nº 027/07**

Curitiba, 06 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para, nos termos do artigo 87, inciso XX, da Constituição Estadual, submeter à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

A Agência de Fomento do Paraná, empresa integrante da administração indireta do estado do Paraná, foi instituída pela Lei nº 11741/97, tendo como capital social autorizado o valor de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

Inicialmente, constavam como acionistas, o Estado do Paraná e a BANESTADO S/A Participações, Administração e Serviços, conforme artigo 2º do mencionado texto legal.

Posteriormente, com a promulgação da Lei nº 12419/99, ocorreu alteração no quadro societário da empresa, passando a figurar como acionista minoritário, em substituição à BANESTADO S/A Participações, Administração e Serviços, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR.

Ocorre que a Agência de Fomento do Paraná, durante o lapso temporal de sua existência, sofreu sucessivos aumentos de capital, estando atualmente com um capital integralizado de R\$ 683.787.000,00 (seiscentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), tornando-se prudente o aumento de seu limite autorizado.

Pelas análises realizadas, a instituição tende a ultrapassar o limite de capital social atualmente autorizado em médio espaço de tempo, o que motiva a necessidade da majoração do valor consignado em sua lei instituidora.

A título ilustrativo, a seguir, estão demonstradas as integralizações de capital, ocorridas na instituição, nas quais se denota que nos 2 últimos anos foi integralizado o

montante de R\$ 241.571.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e um mil reais):

DATA	VALOR INTEGRALIZADO	TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Saldo em 31/12/2004		442.216.000,00
16/05/05	12.858.999,00	455.074.000,00
16/01/06	100.000.000,00	555.074.000,00
09/05/06	60.000.000,00	615.074.000,00
31/07/06	50.000.000,00	665.074.000,00
18/12/06	18.713.000,00	683.787.000,00

Saliente-se, ainda, que o patrimônio líquido da Agência de Fomento do Paraná para o mês de abril/07 importa em R\$ 835.511.000,00 (oitocentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e onze mil reais), havendo, portanto, recursos a serem integralizados na empresa, no momento devido, o que fará com que o capital da instituição fique muito próximo ao legalmente autorizado.

Não obstante as argumentações anteriormente expendidas, para que possa atuar com maior ênfase em suas atribuições como agente propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do estado do Paraná, inclusive com captações de recursos perante outras organizações, é imperiosa a autorização legal para aumento de seu capital autorizado.

Para se evitar sucessivas alterações legislativas, em nosso entendimento, a proposição é de que o capital social autorizado da instituição deve ser da ordem de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Em sendo aprovado o novo capital social autorizado, torna-se imperativa a alteração da composição do quadro societário com a permanência dos atuais acionistas, estado do Paraná e Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, porém, alterando-se o número de ações e o valor do capital a ser subscrito, cuja descrição consta no anteprojeto de lei anexo.

Visando evitar interpretações díspares, se faz necessária, ainda, a alteração no que tange à presidência do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná, adequando-se a redação, para que a presidência do mencionado órgão societário possa ser exercida não só pelo Secretário de Estado da Fazenda, mas, também, por representante por ele indicado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 2º O capital autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A será dividido e limitado a 2.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim subscrito:

I - O estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.999.500 (um milhão, novecentas e noventa e nove mil e quinhentas) ações, no valor de R\$ 1.999.500.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e quinhentos mil reais);

II - A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR fica autorizada a subscrever até 500 (quinhentas) ações no total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º A presidência do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A será exercida pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou por representante por ele indicado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 028/07

Curitiba, 11 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, doar ao município de Pitanga, área de terreno com 2.145,00m2 (dois mil, cento e quarenta e cinco metros quadrados), constituída pelos lotes urbanos nºs 08, 09, 10, 11 e 12, da quadra nº 106, naquele município, havidos pelo referido departamento, conforme matrículas nºs 20.145, 20.075, 21.076 e 21.077, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que a área objeto da medida em causa foi doada ao DETRAN, pelo próprio município e tendo em vista que o referido departamento não tem necessidade de utilizá-la, é indiscutivelmente justo e oportuno que tal bem reverta ao patrimônio municipal para, segundo cláusulas expressas, ser destinado para implantação de serviços da administração da municipalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, autorizado a efetuar a doação, ao município de Pitanga, de área com 2.145,00m2, constituída pelos lotes urbanos nºs 08, 09, 10, 11 e 12, da quadra 106, naquele município, conforme matrículas nºs 20.145, 20.075, 21.076 e 21.077, do Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de serviços da administração pública municipal, retornando ao patrimônio do estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 165, 166 e 167/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

406/07: de autoria do Poder Executivo, que dispõe que o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, referente à apuração e recolhimento do ICMS, inclusive obrigações assessorias, mediante regime único de arrecadação, obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 123/06, o qual convertido em Lei tomou o nº 15562.

**Anote-se - Arquite-se.**

230/07: de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe que os órgãos da administração pública poderão promover programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel, o qual convertido em Lei tomou o nº 15563.

**Anote-se - Arquite-se.**

383/07: de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Carlos Pisani, o qual convertido em Lei tomou o nº 15564.

**Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 163/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 241/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgá-lo inconstitucional, porque trata de matéria de competência legislativa da união.

**À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 164/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por julgá-lo contrário ao interesse público.

**À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 199/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 200/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº OF/CTL/CC nº 201/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, restituindo Projeto de Lei nº 593/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº OF CEE/CC 1302/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Edgar Bueno, que pede esclarecimentos sobre os investimentos realizados no município de Cascavel. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 25861-1/07 do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agência de publicidade no ano de 2002. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 750/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Jadir Gomes Rabêlo, Coordenador Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 132/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0535/07-OE do Sr. Sérgio Rodrigues - Desembargador do Tribunal de Justiça encaminhando cópia do acórdão nº 7889, proferido nos autos de Embargos de Declaração Cível nº 327079-5/04, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como embargante Dominó Holdings S/A. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2332/07/REDUR/LD do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto - Supervisor da Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Londrina da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0171580-12/04/MDA/Caixa, encerrando-se no dia 30/06/08, conforme pretendido pela entidade. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2333/07/REDUR/LD do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto - Supervisor da Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Londrina da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo

de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/04/MDA/Caixa, encerrando-se no dia 31/10/07, conforme pedido da entidade. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 343/07 - SPDDH/SEDH/PR do Sr. Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, comunicando a assinatura do termo Aditivo nº 05 ao Convênio nº 086/03, entre a união, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e a Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, com interveniência do estado do Paraná, destinado a implementação do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Paraná - PROVITA-PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC, 171, 173, 175, 177, 179, 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193, 195 e 197/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 382, 383, 398, 400, 401, 403, 372, 374, 375, 376, 404, 406, 407 e 408 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

## Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000003/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.663.006,53 - pagamento de terapia renal substitutiva.
- Nº 000006/MS/SE/FNS - valor de R\$ 605.229,47 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 000035/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.
- Nº 000050/MS/SE/FNS - valor de R\$ 23.379,77 - pagamento de terapia renal substitutiva.
- Nº 000068/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos centros de referência em saúde do trabalhador.
- Nº 000085/MS/SE/FNS - valor de R\$ 207.733,33 - pagamento de incentivo financeiro aos medicamentos de dispensação excepcional.
- Nº 000098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos para a saúde mental.
- Nº 000127/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de incentivo no âmbito do programa nacional de HIV, AIDS e outras.
- Nº 000281/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.550.445,79 - pagamento de gestão plena de sistema estadual (NOAS).



- Nº 000369/MS/SE/FNS - valor de R\$ 32.433,33 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários de saúde.

- Nº 000380/MS/SE/FNS - valor de R\$ 114.400,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.  
**Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Drogarem Farmácia e Perfumaria Ltda, conforme segue abaixo:

- Nº 000135/MS/SE/FNS - valor de R\$ 52,56 - pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Farmácia Haoach Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda, conforme segue abaixo:

- Nº 000136/MS/SE/FNS - valor de R\$ 17,62 - pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Inkafarma Comércio Farmacêutico S/A., conforme segue abaixo:

- Nº 000137/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.731,77 - pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral - FUNPAR, Fundação da UFPR, conforme segue abaixo:

- Nº 000196/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.110,47 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, conforme segue abaixo:

- Nº 000197/MS/SE/FNS - valor de R\$ 9.873,17 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para Hospital Psiquiátrico Dom Alberto Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, conforme segue abaixo:

- Nº 000198/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.336,86 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha, conforme segue abaixo:

- Nº 000199/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.382,53 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a Secretaria de Estado da Educação, conforme segue abaixo:

- Nº AL 000286/07 - valor de R\$ 2.765.096,40 - pagamento PNAE.

- Nº AL 000287/07 - valor de R\$ 26,40 - pagamento PNAC - PNAE creche.

- Nº AL 000288/07 - valor de R\$ 1.513,60 - pagamento PNAI - PANE indígena.

- Nº AL 000289/07 - valor de R\$ 1.203.492,57 - pagamento PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 5266/07

Curitiba, em 16 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Este ofício tem a finalidade de justificar as faltas em plenário, por este Deputado, a partir do dia 09 de julho de 2007, em função do internamento no Hospital Santa Cruz, desde o dia 05 do mesmo mês, para tratamento de uma pneumonia.

Sem mais para o momento, antecipamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

(a) MAURO MORAES

## **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 224/07

SÚMULA:

Solicita a realização de perícia para o pagamento de adicional de insalubridade aos servidores do Hospital Osvaldo Cruz.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

Seja avaliada pela Perícia Oficial do Estado a ocorrência de labor insalubre, nos termos do artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 13666/02, no Hospital Osvaldo Cruz.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois os funcionários pleiteiam o pagamento desse adicional, que entendem fazerem jus, ante as condições laborais que podem facilmente ser reconhecidas através de perícia técnica.

INDICAÇÃO Nº 225/07

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Educação a reforma do Colégio Estadual Unidade Pólo, no município de Jandaia do Sul.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da

Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, sugerindo ao mesmo a reforma do Colégio Estadual Unidade Pólo - Ensino Fundamental e Médio, no município de Jandaia do Sul.

A referida escola já tem elaborado laudo de obras que devem ser feitas em caráter de urgência, haja vista o lamentável estado do prédio. As Fotografias mostram o estado de degradação das instalações, razão pela qual se encarece a imediata atenção da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### INDICAÇÃO Nº 226/07

##### SÚMULA:

Solicita a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Rogério Wallbach Tizzot.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Rogério Wallbach Tizzot, para solicitar a inclusão na Lei Orçamentária de 2008, de dotação no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinada à implantação de pavimento asfáltico, no trecho de 11,8 quilômetros, da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

##### JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta sugestão ao Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Rogério Wallbach Tizzot, porque entendemos que este investimento reverterá em grandes benefícios para o progresso e desenvolvimento dos municípios do extremo noroeste paranaense. Além da segurança, a pavimentação asfáltica do mencionado trecho, trará incentivo ao turismo aquático que já é intenso em todo o trecho do Rio Paraná, nos municípios de Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Marilena.

#### INDICAÇÃO Nº 227/07

##### SÚMULA:

Solicita a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Sr. Heron Arzua.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Sr. Heron Arzua, para solicitar a inclusão na Lei Orçamentária de 2008, de dotação no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinada à implantação de pavimento asfáltico, no trecho de 11,8

quilômetros, da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

##### JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta sugestão ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Sr. Heron Arzua, porque entendemos que este investimento reverterá em grandes benefícios para o progresso e desenvolvimento dos municípios do extremo noroeste paranaense. Além da segurança, a pavimentação asfáltica do mencionado trecho, trará incentivo ao turismo aquático que já é intenso em todo o trecho do Rio Paraná, nos municípios de Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Marilena.

#### INDICAÇÃO Nº 228/07

##### SÚMULA:

Solicita a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Sr. Ênio José Verri.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Sr. Ênio José Verri, para solicitar a inclusão na Lei Orçamentária de 2008, de dotação no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinada à implantação de pavimento asfáltico, no trecho de 11,8 quilômetros, da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

##### JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta sugestão ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Sr. Ênio José Verri, porque entendemos que este investimento reverterá em grandes benefícios para o progresso e desenvolvimento dos municípios do extremo noroeste paranaense. Além da segurança, a pavimentação asfáltica do mencionado trecho, trará incentivo ao turismo aquático que já é intenso em todo o trecho do Rio Paraná, nos municípios de Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Marilena.

## **Requerimentos**

#### REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 12 de julho.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

## REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja transformada a Sessão Plenária de terça-feira, dia 17 de julho, em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Resolução nº 018/07.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) CHICO NOROESTE, LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, STEPHANES JÚNIOR, DOBRANDINO DA SILVA, LUIZ ACCORSI, ADEMAR TRAIANO, NELSON JUSTUS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ, ANTONIO ANIBELLI, RIBAS CARLI FILHO, GERALDO CARTÁRIO, PASTOR EDSON PRACZYK, ELIO RUSCH, CARLOS SIMÕES, CIDA BORGHETTI, MILTINHO PUPPIO e MAMEDE

## REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas parlamentares, e com fundamento no que dispõe o artigo 160 do Regimento Interno, encaminham à Mesa, para publicação, sua declaração de voto, na 2ª discussão de votação do Projeto de Lei nº 263/07, que dispõe sobre a lei das Diretrizes Orçamentárias, nos seguintes termos: voto favorável ao Projeto de Lei nº 263/07, com ressalvas relativas ao Anexo I, Tabela 8, na parte concernente ao resultado técnico, haja vista que posteriormente ao encaminhamento da Mensagem da LDO a essa Assembleia Legislativa, no dia 16 de abril de 2007, foi publicado um novo balanço orçamentário, no dia 15 de junho de 2007.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, RENI PEREIRA, ANTONIO BELINATI, ROSANE FERREIRA, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE e EDGAR BUENO

## REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo nominados, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUEREM, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se realize no dia 29 de agosto próximo, no horário compreendido das 9h00 às 12h00, no auditório denominado plenário desta Casa, a realização de uma Audiência Pública para tratar da revisão da Lei nº 7827 de 29 de dezembro de 1983 - Lei do Agrotóxico.

Deverão ser trazidas à participação os membros das comissões permanentes relacionadas com o tema, além da sociedade civil organizada, bem como os órgãos representativos das categorias profissionais afeitas ao tema, além da participação das universidades e meios acadêmicos e de profissionais da área.

Julgamos de grande importância para a comunidade paranaense que se realize este debate e esclarecimentos com vistas à atualização e reforma do referido diploma legal.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestar-mos a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO  
LUIZ EDUARDO CHEIDA

## REQUERIMENTO Nº 2095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Angela Molina Vargas, ocorrido no dia 11 passado.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marli Scarpin de Almeida, ocorrido no dia 11 passado.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Tuma, ocorrido no dia 12 passado.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 2113**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adilson Ferreira dos Santos, aos 38 anos de idade, ocorrido em 29 de junho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2114**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Manoelina Aparício dos Santos, aos 75 anos de idade, ocorrido em 29 de junho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2115**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alzira Honório Sales, aos 80 anos de idade, ocorrido em 02 de julho do corrente, no município de Pinhais. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2116**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo de Almeida, aos 89 anos de idade, ocorrido em 06 de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2128**

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão, voto de profundo pesar à família de Meire Mara de Amo Moriggi, pelo falecimento de seu esposo, José Aparecido Moriggi, ocorrido em 11 de julho de 2007, em decorrência de trágico acidente de motocicleta.

Esta Casa reverencia a memória de José Aparecido, o qual deixa 3 filhos e esposa, e, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família enlutada na pessoa da viúva Meire Mara de Amo Moriggi, na Av. Parigot de Souza, nº 3633, CEP 87705-000, em Paranavaí, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.07.

(a) TERUO KATO

**REQUERIMENTO Nº 2129**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Victalina de Santi Baraldi, ocorrido no dia 13 do corrente, em Tamboara, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

**REQUERIMENTO Nº 2105**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Delegada Araci Carmen Costa, que assumiu a direção da 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa, desejando-lhe sucesso no exercício da nova função.

Requer ainda, que se dê ciência à mesma através de correspondência a ser encaminhada à Av. João Manoel dos Santos Ribas, 677, Nova Rússia, CEP 84051-901, Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Franklin Vieira da Silva, e ao jornalista Clóvis Augusto Melo, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da publicação de matérias jornalísticas contra o trabalho infantil veiculadas no jornal O Diário Norte do Paraná, de 01/07/07.

É fundamental que os meios de comunicação utilizem a respectiva abrangência a fim de conscientizar a população contra o trabalho infantil, propiciando aos menores tempo de estudo e de brincadeiras, desenvolvendo o ser humano em sua integralidade.

O município de Maringá, nos anos 90, através do então Prefeito Ricardo Barros, criou e implantou o Programa Adolescente Aprendiz, haja vista que o Poder Público não pode ignorar o início prematuro do trabalho de menores de idade em muitas famílias.

O programa referido foi tão bem sucedido que o UNICEF premiou o município de Maringá em razão da visão de futuro. Por certo, se esse programa fosse levado adiante, hoje não teríamos tantos problemas esperando solução para os menores.

É preciso oferecer às famílias condições sociais de preservação da infância e nessa linha as políticas públicas são necessárias.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO N° 2108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhadores da presente Sessão de um voto de congratulações ao Sr. Aloízio José Ferreira, pelo excelente trabalho que vem realizando à frente da Federação Paranaense de Futebol, desejando-lhe sucesso.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Av. Victor Ferreira do Amaral, 1930, Tarumã, CEP 82800-000, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor

e congratulações ao Sr. Maurício Gebert Bassi, Superintendente do Centro de Triagem II da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Superintendente do Centro de Triagem II da Polícia Civil do Paraná, que pode ser considerado como modelo de unidade prisional, orgulhando o povo paranaense por sua organização e funcionamento, que somente se concretizaram graças à abnegação de profissionais como o homenageado.

#### REQUERIMENTO N° 2099

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Cláudio Stegues Pereira, Diretor do Centro de Triagem II da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Diretor do Centro de Triagem II da Polícia Civil do Paraná, que pode ser considerado como modelo de unidade prisional, orgulhando o povo paranaense por sua organização e funcionamento, que somente se concretizaram graças à abnegação de profissionais como o homenageado.

#### REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem por ocasião da comemoração dos 100 anos de fundação, com relevantes serviços prestados à comunidade de Ponta Grossa e região.

#### REQUERIMENTO N° 2100

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio do expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando implantação da rede de iluminação pública na R. Raul Pompéia, no bairro Vargem Grande, no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por esta ser uma rua oficial, que tem mais de 30 anos, e não teve implantação de rede anteriormente, porque era uma rua

sem casas na época, porém, com o desenvolvimento, a mesma está completamente ocupada por construções, havendo um único poste, que geralmente fica sem lâmpadas, na sua extensão de 150 metros, propiciando ação de vândalos devido à falta de iluminação.

Existem redes de iluminação nas R. José de Alencar e Fernando Pessoa que são perpendiculares à mesma, tornando fácil à extensão da rede.

Por todo o exposto, requer da concessionária de energia elétrica, providências imediatas e urgentes no sentido de iluminar o local indicado, melhorando a segurança dos moradores daquela região.

#### REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Governador do Estado, por meio de suas Secretarias Estaduais responsáveis, proceda a inclusão na Lei Orçamentária Anual do ano de 2008, dotação orçamentária com finalidade de implantação de pista asfáltica na estrada que liga o município de Maripá à rodovia estadual PR-364, visto que a estrada em questão está praticamente intransitável, e necessita urgentemente de boa pavimentação para que possa facilitar o acesso muito mais rápido ao município vizinho de Assis Chateaubriand.

A implementação de asfalto à estrada em questão, bem como a melhora em suas condições de trânsito, contribui diretamente para a facilitação do acesso à PR-364, evitando que os municípios que necessitam viajar para as cidades vizinhas tenham que se deslocar grandes distâncias para chegarem à estrada estadual citada. Além disso, a estrada construída pelo Programa Caminhos do Paraná, tem um tráfego intenso de caminhões de grande porte, o que reforça a necessidade da implementação de piso asfáltico.

Assim sendo, resta claro a pertinência do contido neste requerimento, visto que apenas uma solução rápida e eficaz por parte do Governador do Estado, com devida dotação orçamentária, pode resultar em maior economia e segurança aos municípios ao facilitar o acesso às referidas localidades.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ELIO RUSCH

### *Projetos de Lei*

PROJETO DE LEI Nº 513/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º As tarifas nas praças de pedágio, nas rodovias do Paraná, terão descontos de 25% todos os dias, no horário compreendido entre zero hora até às 6 horas da manhã.

Art. 2º O benefício de redução da tarifa será válido para todos os veículos que passarem pelas praças de pedágio dentro do horário estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Muitas rodovias paranaenses, pedagiadas, já deveriam ter sido duplicadas, conforme prevêem os contratos do Poder Público com as concessionárias. Infelizmente, as duplicações não ocorreram e muitas rodovias têm apresentado forte movimento, em alguns dias até com congestionamento. Tenho convicção que o presente projeto é bom para quem está em viagem de negócios ou a passeio, contemplando as empresas transportadoras, os caminhoneiros, as empresas de ônibus e até mesmo as próprias concessionárias. É quase certo que, de olho na economia, o grande fluxo de caminhões passará a ocorrer na madrugada, desafogando as rodovias nos demais horários.

PROJETO DE LEI Nº 514/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o envio de mensagens promocionais de texto ou de correio de voz, bem como ligações, pelas operadoras de serviço de telefonia celular, aos aparelhos dos usuários de seus serviços, salvo mediante prévia autorização expressa.

Art. 2º Em caso de descumprimento do disposto no artigo 1º, fica o usuário do serviço isento do pagamento da conta referente ao mês da infração.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa coibir o uso abusivo de mensagens eletrônicas e de correio de voz, disparadas indiscriminadamente, para uso promocional, por parte das operadoras de telefonia celular, uma vez que não haja autorização dos usuários, que atualmente são constantemente perturbados com tais spans como é conhecida tal prática pelos especialistas.

PROJETO DE LEI Nº 515/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, de parte do imóvel objeto da matrícula 165,

fls. 259 do Livro 3/6 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Londrina/PR, cujo prédio abrigava a extinta Agência de Rendas, o qual será utilizado pelo SERMUSA, Serviço Municipal de Saúde do mencionado município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como se observa pela inclusa certidão, o imóvel deste projeto de lei, de propriedade do município de Sertanópolis, foi doado ao estado do Paraná em 1941 e parte dele destinava-se a abrigar a Agência de Rendas Estadual.

Como a agência de rendas foi desativada, o município pretende instalar ali o Serviço Municipal de Saúde - SERMUSA, autarquia vinculada ao Executivo Municipal.

Face ao exposto, estamos propondo este projeto, com a objetivo de autorizar o Governo do Estado a efetuar cessão de uso de parte do referido imóvel ao município de Sertanópolis, contando com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 516/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Dom Bosco o Centro de Sócioeducação de Ponta Grossa - CENSE II, Núcleo Pitangui.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido por Dom Bosco em seu tempo, foi todo dedicado à educação dos jovens, especialmente jovens encarcerados, buscando assim, evitar que se perdessem na margem da vida e resgatando, através do amor, àquele que já haviam se perdido.

O Centro do Sócioeducação de Ponta Grossa é um espaço destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional que se encontram cumprindo medidas sócioeducativas de internação e internação provisória determinadas pelos Juizado da Infância e da Adolescência, ofertando casa, escola, trabalho, esporte, lazer, cultura, saúde e desenvolvimento espiritual, enfim, uma possibilidade de resgate social.

Deste modo, pensamos ser inspiradora a denominação de Dom Bosco para uma instituição que tem por finalidade resgatar jovens da marginalidade.

PROJETO DE LEI Nº 517/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. João Carlos Ribeiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. João Carlos Ribeiro, como título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

O Dr. João Carlos Ribeiro nasceu no dia 05 de maio de 1941, no município de Uraí/PR.

Formou-se em Direito, exercendo a profissão de empresário em nosso estado, administrando grandes empresas, gerando empregos e renda.

Homem empenhador e visionário, sempre esteve à frente de seu tempo, conquistando espaço no mercado empresarial.

Com sua visão de mercado e dinamismo, reestruturou o Expo Trade Convention Exhibition Center, sucesso no segmento de eventos e entretenimento, movimentando o turismo em nosso estado e alcançado reconhecimento nacional como opção para congressos e feiras.

Além de suas atividades empresariais nos mais diversos segmentos, atuou com competência e dedicação na presidência do Graciosa Country Club, tradicional clube de nossa capital.

Em sua gestão proporcionou muitas transformações ao clube, sempre buscando a inovação e o crescimento. À frente desse tradicional clube sempre foi um grande incentivador das mais diversas modalidades esportivas.

Sua gestão foi de 2003 a 2005, e foi aclamado por unanimidade em sua reeleição para a gestão de 2005 e 2007.

Tanto em suas atividades empresariais quanto como Presidente do clube, destacou-se pelas ações de responsabilidade social e pelas atividades de solidariedade aos irmãos mais necessitados. É membro da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas e colabora com diversas outras instituições.

PROJETO DE LEI Nº 518/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo Estadual, em parceria com as Prefeituras Municipais, em cujo território haja recursos naturais e patrimônio cultural que sejam objeto de visitação e turismo, é responsável pela elaboração de

uma política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável.

§ 1º Entende-se por política de desenvolvimento do ecoturismo os programas voltados para a implementação de visitação controlada e responsável às áreas naturais e culturais, visando à preservação da biodiversidade.

§ 2º Entende-se por política de desenvolvimento do turismo sustentável os programas voltados para implementação de visitação controlada e responsável às áreas naturais e culturais, visando à interação entre o crescimento socioeconômico e a preservação do ecossistema.

Art. 2º A política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos, a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, para garantir a preservação da biodiversidade, traçando limites, organizando e dirigindo ações logísticas.

Art. 3º A implementação da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve definir diretrizes e normas para:

I - a compatibilização das atividades de ecoturismo e do turismo sustentável, com a preservação da biodiversidade, como:

- a) uso sustentável dos recursos naturais, evitando seu esgotamento;
- b) redução de resíduos gerados, bem como seu tratamento e sua destinação final;
- c) manutenção da diversidade natural e cultural;
- d) capacidade de carga, que se traduz pelo nível que um sítio pode suportar, sem provocar degradação do ecossistema, com estudos voltados para a circulação de pessoas na área e sistemas de rodízio de trilhas.

II - a parceria entre os segmentos sociais, como:

- a) iniciativa privada, compreendendo os serviços turísticos em geral e o comércio;
- b) comunidade, compreendendo população local e flutuante;
- c) Poder Público;
- d) instituições nacionais e internacionais (ONGs, OCIPs, etc.).

III - a conscientização, a capacitação e o estímulo à população local para a atividade de ecoturismo e do turismo sustentável.

Art. 4º A política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve contemplar a preservação das características da paisagem, prevenindo a poluição sonora, visual e atmosférica na localidade da ação.

Art. 5º A gestão da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável observará as seguintes etapas:

I - prevenção da degradação do ecossistema:

a) ambiental: extensão da área e do espaço utilizável, fragilidade do ambiente, sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana e recursos da biodiversidade;

b) social: desenvolvimento da visitação e preservação das tradições locais;

c) administrativo: implantação de trilhas ou caminhos em sistemas de rodízio e de administração dos visitantes, controle sobre o uso inadequado dos recursos ou serviços.

II - preservação da biodiversidade.

Art. 6º O Poder Executivo deverá criar programas específicos por meio de seus órgãos competentes, os quais incentivem a implantação e ampliação, por parte do Poder Público Municipal, da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável.

Art. 7º Poderão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros às instituições públicas e privadas que comprovem, por meio de documentação específica, que:

I - direcionam investimentos ao desenvolvimento da região, promovendo a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável;

II - estimulem, mediante programas específicos, a implantação da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável;

III - Incentivem a pesquisa e a implementação de processos que utilizem as chamadas tecnologias limpas.

§ 1º Os instrumentos de que trata o *caput* deste artigo serão concedidos sob a forma de créditos especiais, deduções, isenção total ou parcial de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, empréstimos e as demais modalidades especificamente estabelecidas.

§ 2º Os referidos incentivos fiscais somente serão concedidos após análise criteriosa dos documentos submetidos à aprovação do órgão estadual competente.

Art. 8º Os municípios deverão apresentar planos de gestão para a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável, devidamente aprovados pelos órgãos estaduais competentes, quando da solicitação de financiamento às instituições oficiais.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 confere poderes de atuação aos estados em matéria de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, bens cuja conservação é essencial em se tratando de valores turísticos locais:



*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:*

*III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*

*IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural,...*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VII - preservar as florestas, a fauna e a flora,...*

Além do poder de atuar para proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural, é permitido aos estados legislar em matéria de interesse local e, suplementarmente à união no que couber (artigo 30, incisos I e II, além de contemplar no Estatuto das Cidades).

Normatizar é elaborar instrumentos legais aptos a se tornarem leis, decretos ou regulamentos, devidamente fundamentados na Constituição Federal e Estadual e documentos legais pertinentes, de forma objetiva e justa, assegurando direitos e estabelecendo deveres e responsabilidades entre as partes envolvidas.

Considerando que a legislação turística federal se apresenta de forma dispersa e fragmentada, com leis, decretos, regulamentos, portarias e deliberações, cabe ao Poder Público Estadual identificar o descompasso existente entre estas e as diferentes legislações que afetam a atividade turística. Desta forma, incorporar às suas políticas públicas normativas os novos conceitos de proteção dos recursos naturais e culturais de interesse turístico.

PROJETO DE LEI Nº 519/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os grupos ou excursões de turismo que ingressarem no território do estado do Paraná deverão ser acompanhados, obrigatoriamente, por guia de turismo cadastrado no Ministério do Turismo - MTur.

§ 1º Para efeito desta lei, é considerado guia de turismo local/regional, do estado do Paraná, o profissional que devidamente cadastrado no Ministério do turismo - MTur, ou em órgão delegado, exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em translados, visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas, no território do estado do Paraná.

§ 2º Ao praticar a atividade turística no estado do Paraná, o grupo em excursão terá, obrigatoriamente, um guia local ou um guia de excursão regional, ou um guia especializado em roteiros ecológicos, registrados também em órgão estadual de turismo.

§ 3º Por excursões de turismo entende-se todas aquelas organizadas com intermediação dos hotéis, agências de turismo, operadoras, e outros promotores de

eventos devidamente credenciados pelo Ministério do Turismo - MTur.

§ 4º A fiscalização da qualificação do guia de turismo será efetuada pelo órgão estadual de turismo.

Art. 2º Os órgãos ou entidades oficiais de turismo do estado, dos municípios e regiões turísticas promoverão cursos periódicos de atualização para os guias de turismo, com o objetivo de aprimorar e renovar seus conhecimentos sobre a história, arquitetura, recursos naturais, locais de atração turística, eventos culturais, históricos e folclóricos do estado e de seus municípios turísticos.

Parágrafo Único. Os guias de turismo ficam obrigados, a cada 4 (quatro) anos, a realizarem cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, promovidos pelos órgãos de turismo do estado ou dos municípios turísticos.

Art. 3º Fica o órgão estadual de turismo autorizado a realizar e ou promover convênios com órgãos públicos ou privados, com o objetivo de cumprir a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

*A indústria do turismo no Brasil é responsável, atualmente por 6,5 milhões de empregos. A arrecadação de impostos diretos e indiretos decorrentes da atividade turística gira em torno de US\$ 7 bilhões e, sem dúvida alguma, vem permitindo o desenvolvimento econômico de centenas de municípios brasileiros.*

*Os negócios envolvendo o turismo representam 4% do PIB, com influência em 52 segmentos diferentes da economia. Segundo cálculos mais recentes, a indústria do turismo investiu em 2006 cerca de US\$ 8 bilhões na construção de resorts, hotéis e pousadas, criando, assim, 160 mil empregos diretos e 480 mil indiretos no mercado de trabalho. (Fonte: EMBRATUR)*

Para atender os novos padrões de consumo em mercados altamente competitivos, a busca da qualidade empreendida pelas agências, operadoras, hotéis, restaurantes, entre outros que prestam serviços para o trade turístico, exige-se cada vez mais, profissionais treinados para guiar nos municípios e no estado, sendo capaz de prestar um serviço de qualidade superior, trazendo como benefício a satisfação ao cliente.

Somente o guia local/regional pode atender com eficácia os novos padrões exigidos pelos turistas.

O presente projeto tem como escopo adequar e atender aos novos conceitos exigidos pelas operadoras, hotéis, entre outros promotores de eventos, contribuindo com a inclusão dessas categorias, assegurando ainda mais postos de trabalho para esses profissionais que tanto contribuem para o crescimento do turismo no estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 520/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do estado do Paraná, o Selo de Qualidade Turismo.

Art. 2º O selo será concedido a empreendimentos com personalidade jurídica que se dediquem à atividade turística no estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, entende-se por empreendimentos turísticos:

- a) agências de turismo;
- b) transportadoras turísticas;
- c) meios temáticos;
- d) parques temáticos;
- e) locadoras;
- f) restaurantes, bares e similares.

Art. 3º Fica o órgão estadual de turismo competente ou delegado, autorizado a emitir o Selo de Qualidade Turismo, e firmar convênios com outros órgãos públicos para fiscalização da presente lei.

Art. 4º O Selo de Qualidade Turismo terá como objetivos:

I - certificação de qualidade, baseado em critérios técnicos, de modo a firmar-se no cenário turístico a nível nacional;

II - Incentivar e estimular a certificação das empresas para que obtenham um serviço de qualidade no turismo do estado;

III - valorizar a gestão de qualidade, promovendo imagem positiva das empresas prestadoras de serviços turísticos do estado, dando segurança aos usuários nas escolhas dos empreendimentos turísticos;

IV - criar mecanismos e apoiar na legalização das atividades e serviços das empresas, visando incentivá-las pela qualificação do serviço.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O estado do Paraná apresenta um crescimento nas atividades turísticas, ano após ano, e um grande potencial que tem sido explorado a cada dia.

Desta forma, a indústria do turismo é grande fonte de atividade e desenvolvimento, sendo imprescindível inserir o Paraná no contexto nacional e mundial, exigente quanto à qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos no estado.

O selo ora proposto trata-se de uma etapa estimuladora na obtenção da certificação nacional e internacional dos empreendimentos turísticos.

PROJETO DE LEI Nº 521/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o curso técnico de 2º grau em Turismo, nas escolas da rede pública estadual dos municípios com potencial e vocação para atividade turística.

Art. 2º A grade curricular será elaborada pela escola interessada, conforme normas da Secretaria de Estado da Educação e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O estado do Paraná apresenta um crescimento nas atividades turísticas, ano após ano, e um grande potencial que tem sido explorado a cada dia.

Desta forma a indústria do turismo é grande fonte de atividade e desenvolvimento, sendo imprescindível inserir o Paraná no contexto nacional e mundial, exigente quanto à qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos no estado.

Com uma perspectiva voltada para esse setor, faz-se necessário a implementação desta matéria para suprir as necessidades do mercado. Com a inclusão do curso técnico de Turismo na grade das instituições de ensino público do Paraná, será fechada uma lacuna existente, a qual emperra o desenvolvimento do turismo, sendo que impulsionará, estruturará e dará uma maior qualidade aos projetos que envolvam o turismo do nosso estado.

Solicito então, o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati, a quem concedemos a palavra.

***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus; Deputado Professor Luizão; Deputada Luciana Rafagnin e nobres colegas.

Um final de semana festivo e muito bom para o Brasil, sendo campeão mundial de voleibol masculino, conquistando sua primeira medalha de ouro nos Jogos

Pan-Americanos; a Seleção Brasileira lavando a alma dos brasileiros e ganhando de 3X0 da Argentina; a nossa atleta londrinense Natália Falavinha nos dando a honra de aparecer, para todo o Brasil, fazendo no Maracanã o juramento dos Jogos Pan-Americanos, atleta que tem a sua família, tem o seu domicílio na minha cidade de Londrina; e outro atleta que treina em Londrina deu ao Brasil a primeira medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos, o atleta Diogo Silva. Portanto, Sr. Presidente, de parabéns esses atletas e demais atletas do Paraná que já conquistaram outras medalhas que não de ouro, e parabéns ao Brasil por sediar uma festa tão bonita que são os Jogos Pan-Americanos!

E aproveitando, Sr. Presidente e nobre Deputados, destacar que o PT é nosso adversário político no âmbito da cidade de Londrina - somos adversários do Prefeito de Londrina e também do próprio PT londrinense - mas isso não nos impede, Sr. Presidente e nobres Deputados, de expressar simultaneamente com alegria de uma festa tão bonita como os Jogos Pan-Americanos, não impede de nos expressarmos também a respeito da maior vaia que um Presidente da República já tomou, talvez na história do Brasil, cerca de 90 mil pessoas no Maracanã, vaiando a maior autoridade deste país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não sei se há algum político que algum dia ainda não tenha sido vaiado. Não sei! É possível, porque a vaia faz parte. Temos, em determinado momento, um aplauso, em outras circunstâncias, a vaia, e temos que ter a humildade de respeitar a manifestação do povo, seja no aplauso ou seja na vaia. Dizer que há um político que goste de ser vaiado, eu não conheço nenhum! Quem é que vai, com toda a honestidade, dizer que gostou de ser vaiado?

Entretanto, Sr. Presidente, mesmo não sendo do Partido do Presidente Lula, mesmo sendo adversário do PT, quero lamentar e até dar a minha opinião pessoal, porque na minha ótica, aqueles que vaiaram o Presidente Lula, insistindo que temos que respeitar o povo, mas nos parece que naquele momento em que uma grande parte do planeta Terra assistia pela televisão um evento tão bonito, que só ficou tão bonito porque o Presidente Lula investiu R\$ 3 bilhões e 700 milhões - há quem diga que houve até exagero nos gastos - o que proporcionou inclusive a construção de um dos ginásios de esportes mais modernos do mundo, não cabiam mais vaias. Os XV Jogos Pan-Americanos passam, mas a estrutura construída vai permanecer, inclusive este que é considerado o ginásio de esportes mais bonito do mundo.

Em imagens mostradas pela televisão, antes das vaias, sentimos que o Presidente Lula estava emocionado. Qual é o Presidente que não ficaria emocionado em poder estar promovendo, em seu país, um evento tão importante? Um Prefeito, no âmbito do seu município, fica emocionado; o Governador fica emocionado; e não seria diferente com o Presidente Lula, conforme a

própria imagem da televisão mostrou, ter se emocionado nos momentos que precederam a abertura dos Jogos Pan-Americanos.

Então, na nossa ótica, com todo respeito ao direito que o povo tem de aplaudir ou de vaiar, ficamos entristecidos, mesmo como adversários, porque na nossa visão foi a vaia da ingratidão. Se não fosse o apoio que o Presidente Lula deu aos XV Jogos Pan-Americanos, haveria o evento no Brasil, mas não com tanto sucesso, com tanta organização e com toda essa estrutura e infra-estrutura montadas pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, reafirmando o respeito ao direito democrático do povo de aplaudir ou de vaiar, a nossa gratidão ao Presidente Lula, a nossa crítica em outras falhas do Governo, até mesmo no campo social, até mesmo pelo desemprego e pela violência, mas nesse episódio dos Jogos Pan-Americanos a nossa solidariedade porque, na nossa visão, aquela vaia, naquele momento, não cabia. Quem perdeu com isso foi o Brasil, porque se mostramos ao exterior, ao mundo, um Presidente enfraquecido, quem perde é toda nação brasileira, somos todos nós, cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Utilizo a tribuna, nesta tarde de segunda-feira, no Pequeno Expediente, para fazer um agradecimento todo especial. Quero agradecer aos nobres colegas Parlamentares que estiveram presentes, na semana passada, na cidade de Ponta Grossa, na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal, com um assunto de extrema importância relacionado à saúde e aos leitos de UTI.

Gostaria de fazer um agradecimento todo especial ao Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, Deputado Ney Leprevost; ao meu amigo de partido, grande companheiro aqui na Assembléia Legislativa, Deputado Douglas Fabrício; aos colegas Parlamentares, também na cidade de Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto, Deputado Plauto Miró e Deputado Péricles de Mello. Um agradecimento especial ao Deputado Teruo Kato; ao Deputado Luiz Malucelli Neto e ao Deputado Fernando Ribas Carli.

Nunca, na história da Câmara Municipal de minha cidade, foram reunidos tantos Parlamentares para discutir um só assunto, em uma Audiência Pública, em uma Assembléia Geral. Todos os Parlamentares tiveram a oportunidade de ouvir as famílias, aquelas citadas aqui na Assembléia Legislativa, que receberam voto de pesar desta Casa.

Principalmente, ouvir o pronunciamento de uma mãe, que trouxe uma denúncia extremamente grave. A Sra. Glorinha J. B. Lima, RG: 10.338.521-0,

se pronunciou na Câmara Municipal, dizendo que seu filho, Alexandro Roque de Jesus, morador da R. Cruzeiro, nº 22, Jardim Boa Vista, precisou de leito de UTI, mas infelizmente não teve atendimento adequado. A denúncia é gravíssima, pelo fato de a Sra. Glorinha dizer que o seu filho acabou falecendo e só depois do falecimento do garoto, depois de morto, o garoto foi para um leito de UTI, para constar nos cadastros da Secretaria de Estado.

Com o pronunciamento de todas as mães, dos parentes de entes queridos, que perderam as suas vidas nesses últimos dias por falta de atendimento, acho que deixa claro que estamos passando por um momento muito difícil na saúde dos Campos Gerais.

Essa Audiência foi extremamente importante, pois evidenciou os problemas que estamos passando. Todos os Parlamentares presentes na Audiência Pública levantaram a voz em favor da nossa região. É por isso que hoje estou fazendo este agradecimento, aqui na tribuna.

Ponta Grossa precisaria, no mínimo, de mais 664 leitos e mais 80 UTIs, para estar dentro dos critérios ideais estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Hoje, infelizmente, segundo o Cadastro Nacional das Entidades de Saúde, Ponta Grossa teria apenas 26 leitos e mais 1 leito de isolamento.

Com o parecer da Comissão de Saúde, os 9 Parlamentares que participaram da Audiência, assinando este documento tão importante, que será encaminhado diretamente ao Sr. Governador Roberto Requião, acredito que estaremos realizando um trabalho de cobrança. Vamos pedir ações concretas e imediatas do Governo do Estado do Paraná.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB. Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, visitantes.

Acompanhei o pronunciamento do Deputado Marcelo Rangel, acompanhei a Audiência Pública em Ponta Grossa, acompanho as causas da saúde desde que me tornei Deputado, pela segunda vez, desde a reunião de Tibagi, quando a AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais se reuniu, foi decidido que a Universidade Estadual de Ponta Grossa faria um levantamento, para ver exatamente o número de leitos de UTI que faltavam na região de Ponta Grossa. Os números mostravam que havia, realmente, uma defasagem, tínhamos apenas 18 leitos e precisaríamos de, no mínimo, 40 leitos de UTI, naquele momento. Imediatamente, inicia-

mos um trabalho. Trabalho esse que começou a dar resultado após aquela caminhada que nós fizemos. Após as cobranças que começamos a fazer, o estado dobrou a capacidade de leitos, só na região de Ponta Grossa, colocando, posteriormente, mais 9 leitos na cidade de Castro, que era um compromisso nosso, meu e do Prefeito Moacir, no Hospital Ana Menarin.

E também o estado passou a bancar os leitos de UTI da cidade de Telêmaco Borba, do Hospital Doutor Feitosa, que estava quase para fechar por falta de recursos. Em seguida, ficou acertado que o estado iria colocar mais leitos ainda no Hospital da Criança, que as obras estão em fase final, e já há a programação de leitos de UTI Pediátrica, e há também a colocação de leitos no Hospital Municipal, que já está também em andamento final das obras, para a colocação daqueles leitos de UTI.

Então, estamos caminhando, com um pouco de demora, que já deveria ter acontecido a colocação desses leitos, da colocação de pelo menos mais 20 leitos em Ponta Grossa. Hoje temos em torno de 40 leitos, nós iremos a 60 leitos de UTI. E, na sequência, tão logo tenhamos o hospital regional inaugurado, vamos ter mais 30 leitos de UTI, que no hospital regional há uma previsão, no projeto, da criação de 30 leitos de UTI.

A UTI, é aquele problema que já dissemos outro dia aqui: tem horas que 1 leito de UTI salva a vida de uma pessoa. Tem horas que salva, sim, mas tem horas que, mesmo tendo leitos de UTI, não se consegue salvar a vida de uma pessoa.

Mas, Deputado Romanelli, na Audiência Pública, em Ponta Grossa, vimos algumas coisas que nos chamaram a atenção. Primeiro, uma senhora deu depoimento, Deputado Marcelo Rangel, lembra, dizendo que havia perdido o marido e havia perdido o filho por falta de UTI. E aquilo me chamou a atenção, perdeu o marido e o filho por falta de leito de UTI. E durante a Audiência Pública indaguei àquela senhora há quanto tempo que tinha falecido o marido. E para não surpresa minha, ela disse que fazia 9 anos que o marido havia falecido, por falta de UTI.

Então, esse problema de leitos de UTI, em alguns casos, tem a ver, lá atrás, com a falta de recursos que foram colocados. E para a minha surpresa, não sei se o Deputado Marcelo Rangel viu, depois, e isso não é bom à saúde, a Rede Globo de Televisão colocou no jornal local, colocou essa mãe falando, mas não explicou que essa senhora tinha perdido o marido há 9 anos atrás, simplesmente colocou no Jornal Estadual aquela notícia dizendo que pai e filho tinham morrido por falta de UTI, o que, na verdade, nós chamamos de jornalismo marrom, jornalismo que não contribui para nada, jornalismo desinformado, jornalismo covarde, que eu costumo chamar, que é aquele que diz o que não é verdade, porque coloca lá algo que não existe, não diz que os leitos de UTI, 1 é de 9 anos atrás e outro é de agora, está faltando agora.

E o 2º caso, que eu indaguei até uma senhora, Deputado Romanelli, uma senhora que a criança morreu e morreu exatamente também porque houve a demora por parte do município, a mãe entrou às 11h00 no postinho, chegou a fechar o postinho municipal às 16h00 e aquela mãezinha ficou lá esperando a ambulância do município para chegar até o hospital. Aquela criança chegou por volta das 19h00. E só foram pedir o leito por volta das 23h00. Então, tem muita coisa.

Claro que precisamos de mais leitos de UTI. Também tem esses casos que acabam por comprometer aquela justa reivindicação, que é de todos nós. Temos que reivindicar leitos de UTI. Eu estou brigando há muito tempo, tenho lutado muito, principalmente pela saúde, porque sei o dia-a-dia, moro em Ponta Grossa, vivo lá todos os dias, sei o que as pessoas estão passando. Outro dia mesmo, tive que bancar um garoto que tivemos que pagar para ele poder ficar no hospital para poder salvar sua vida.

Mas, Deputado Marcelo Rangel, teve algo importante nesta Audiência: o Dr. Gilberto lá esteve, representando o Secretário, e deixou claro que existe uma resolução no estado que quando não tiver leito de UTI na cidade, na região ou no estado, o estado poderá contratar leitos particulares para salvar essas vidas.

Então, Deputado Romanelli, Deputado Batista, acho que é só um pouco de agilidade. Quando uma criança entrar às 5h00 da tarde e se em meia hora, uma hora não se arrumar 1 leito, acho que a Regional tem que operacionalizar uma vaga particular para evitar que aquela criança fique a noite toda esperando e venha a óbito no outro dia. Foi o que eu fiz quando salvei a vida daquela criança usando aquela questão particular. E o Dr. Gilberto, representando o Cláudio Xavier, disse exatamente isto naquele dia, lá em Ponta Grossa.

Então, eu queria pedir e deixar registrado que o Governo só precisa acertar essa questão envolvendo as UTIs de Ponta Grossa: agilidade, a partir de agora. Não tem leito? Deu uma hora e não conseguiu no hospital público? Manda para o particular e que pague o estado! Uma vida não tem preço! Acho que isto foi importante se falar nessa reunião.

E para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero pedir ao Governador que eu ajudei a eleger, com muito carinho, o Governador Requião, que não esqueça de pagar a URV dos funcionários. Os funcionários do estado estão aguardando. Os funcionários públicos merecem, como as outras instituições do estado já receberam, os professores, os policiais ainda não receberam. E nós também aqui da Casa não recebemos.

Por isto, peço ao Governador que eu ajudei a eleger que ache um jeito, parcele, mas faça cumprir a lei, que todos os Poderes são iguais, de acordo com a Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT; Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PL/PRB/PV; Democratas; PP; PT.

(**Declinaram**)

PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Volto a esta tribuna exatamente para fazermos aqui, mais um comentário com relação ao assunto levantado na semana passada na questão cartões corporativos.

Aqui não estive na última Sessão e tomei conhecimento que o nobre Líder do Governo fez a defesa do Governo com relação a denúncia por mim levantada e da mesma forma, logo após o meu pronunciamento, recebi uma ligação do Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, que tentava me convencer com relação àquilo que estava inserido no site do Governo quando tratava-se da questão cartões corporativos.

E eu dizia ao Secretário Rafael Iatauro, até pela amizade que tenho com a sua pessoa, não de apenas um mandato, mas são 20 anos de história, de convivência, de que caberia a mim e a nós Parlamentares de Oposição levantar todos os questionamentos que pudessem colocar dúvida em relação a recursos financeiros do Governo, até porque esta é a nossa função e caberia ao Governo então explicar, detalhadamente, aquilo que estava inserido no site do Governo, até porque nós não conseguimos visualizar nenhum tipo de informação que pudesse dar um norte à consulta que nós fizemos no site do Governo que trata do dinheiro público.

No dia de ontem, Sras. e Srs. Deputados, na coluna do Celso Nascimento, na Gazeta do Povo, ele aborda com muita propriedade também a questão dos cartões corporativos e faz aqui um comentário de que os valores por mim levantados estão muito aquém daquilo que o colunista encontrou, também no site do Governo, ele chega a casa, ou à ordem de 5 milhões 191 mil reais de recursos previstos ou investidos e gastos pelo cartão corporativo.

Ora, Srs. Deputados, não quero ficar aqui fazendo qualquer tipo de denúncia infundada, leviana ou vazia, este não é o nosso objetivo e esse não é o nosso estilo, mas há que se colocar em dúvida valores estratosféricos que aparecem nesse site do Governo. O colunista Celso Nascimento fez, com muita propriedade, esta análise e eu vou muito além disso, vou me ater aos comentários do colunista que, para sua surpresa, tão logo começou a navegar e encontrou determinados valores, no dia seguinte já não conseguiu acessar mais o site e visualizar outros valores que pudessem realmente comprometer a estrutura governamental com relação ao cartão corporativo.

Portanto, quero crer, Srs. Deputados, que a denúncia que aqui trouxemos não é vazia e nem é

infundada até não ficou limitada somente à nossa manifestação no Plenário dessa Casa, mas sim, ficou também muito bem balizada pela coluna do Celso Nascimento na Gazeta do Povo! Ele faz uma análise clara, sucinta, evidente de tudo aquilo que apresenta neste site e eu realmente fico surpreso, como ficou Celso Nascimento de que tão logo vieram à tona as primeiras informações, as primeiras notícias, as primeiras denúncias com relação àquilo que aqui levantamos, de pronto, pela informação do colunista, os números sumiram do site do Governo!

Nós não queremos aqui, Srs. Deputados, fazer qualquer tipo de acusação pelo fato de fazermos oposição por oposição, pelo contrário, nós queremos que o Governo esclareça, nós queremos que o Governo traga à baila e à luz da verdade, com muita clarividência todas as informações que nos digam, Sr. Secretário Rafael Iatauro, que nos informe detalhadamente onde estes recursos foram investidos. Se for aquilo apenas que diz o Secretário Rafael Iatauro de que é um valor colocado no orçamento, mas os gastos ainda não aconteceram, que nos informe, porque eu não posso, nós não podemos, de forma alguma, ficarmos limitados a uma informação do Secretário Rafael Iatauro que diz que através de um decreto governamental se estabeleceu a forma do uso do cartão corporativo.

Concedo o aparte ao Deputado Rossoni.

#### **Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Eu lhe agradeço, Deputado Traiano, na verdade é óbvio que hoje nós tenhamos aqui o pronunciamento de alguém do Governo trazendo aqui os esclarecimentos que nós necessitamos. Agora, é importante frisar, que quando você acessa na página dos gastos do Governo já está dito “gastos do Governo”. Agora, o que vi aqui a grande preocupação, inclusive foi objeto de um pronunciamento do Líder do Governo é mais explicar a nomenclatura pouzada. Não é a questão de pouzada. O importante é que não há esclarecimento. E nós tínhamos chegado só em 500 mil que era na Governadoria, agora o colunista Celso Nascimento faz um levantamento em todo o Governo, Secretaria de Educação e outras, chega em 5 milhões. Nós ficaremos satisfeitos se alguém do Governo chegar, aqui, e falar: “foram tantos recursos gastos com cartão corporativo e foram gastos nisto, está aqui os documentos.” Ficaremos satisfeitos. Agora vim explicar para nós o que é a pouzada, o que é a página da internet, qual é o decreto do cartão corporativo. Isso é chover no molhado. Então, Deputado Traiano, acredito que V. Exa. e todos os Parlamentares estão aguardando é que alguém do Governo nos forneça as informações, que foi objeto de um requerimento muito mal respondido pelo seu amigo Rafael Iatauro.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Agradeço o aparte que contribui em muito para o meu pronunciamento. E é exatamente nesta linha de raciocínio que queremos conduzir a nossa ação aqui nesta

Casa, o nosso discurso, para que o Governo traga essas informações com clareza, porque lamentavelmente não existe nenhum tipo de informação que possa nos convencer, até o presente momento, a não ser o telefonema do Secretário Rafael Iatauro, que com o devido respeito que eu tenho, lhe atendi e disse a ele: “Secretário estou na minha função, no meu papel de Oposição neste estado, procurando trazer à verdade todas as informações que na minha concepção não são verdadeiras. Portanto, V. Exa. tem o devido compromisso como homem e Chefe da Casa Civil, de informar aos paranaenses as denúncias por nós relatadas neste Parlamento.” Quando eu trouxe, aqui, as informações, eu me limitava a valores na ordem de R\$ 500 mil, 335 mil no mês de janeiro, em apenas um dia. Mas o colunista fala em 5 milhões, 191 mil e 400. E tão logo isto veio à baila, Srs. Deputados, de imediato sumiram as informações.

Concedo o aparte ao Deputado Douglas.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Traiano, acho muito importante o senhor novamente tocar nesse assunto aqui nesta Casa, porque até a imprensa já destaca esse assunto, e agora falando de valores maiores. Só quero fazer uma correlação deste assunto novamente com o Banco Social. Cinco milhões, aqui, 500 mil lá, e o Banco Social, que é para atender os pequenos empreendedores, as pessoas que precisam, que têm um sonho, o Banco Social está paralisado.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Apenas encerro dizendo o seguinte, com o devido respeito que tenho ao Secretário Rafael Iatauro: na sua entrevista dada à CBN hoje pela manhã, também não explicou nada. E é exatamente isso que queremos, que venham as informações para que possamos ter segurança neste Parlamento.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em razão até de o Deputado Traiano ter se referido bastante à imprensa, e uma imprensa que não comparece, este colunista não comparece aqui na Assembléia e não comparece no Palácio. Escreve por ouvir dizer. Gostaria que, definitivamente, a imprensa que cobre a Assembléia Legislativa ouvisse as colocações do Deputado Traiano, que já fez há dias atrás, e ouvisse também, mas com clareza, o que significa e o que é o cartão corporativo.

O estado sempre pagou diária para funcionários que se deslocam de um local para outro. Por exemplo,

um Chefe de Núcleo de qualquer uma das regiões do Paraná quando vem a Curitiba para uma reunião na Secretaria, é evidente que esse Chefe de Núcleo está a serviço do estado, sai da sua cidade, tem uma viagem, tem uma estadia e muitas vezes tem um pernoite. Isso é a diária que recebe um funcionário para cobrir as despesas de deslocamento. Quando alguém da Secretaria dos Transportes, um engenheiro, sai do seu local de trabalho e vai vistoriar uma obra, ele sai e ganha uma diária, porque ele tem que se alimentar e tem que pousar. Quando o cerimonial sai para antecipar uma viagem do Governador, preparar uma reunião, é um funcionário que sai e recebe uma diária, porque ele tem que se alimentar, e assim, a Casa Militar e todas as outras Secretarias de Governo. Pois bem, isto é diária.

Como é que se fazia antigamente a diária? Dava-se o dinheiro para o funcionário e o funcionário se deslocava para um outro lugar. Muitas e muitas vezes ele tinha alguma despesa que não tinha nota, muitos funcionários acabavam pedindo nota com um valor maior num posto de gasolina ou acabava pedindo uma nota num restaurante, e isso pega mal para o estado. Pega mal porque o funcionário está se protegendo para poder prestar contas de volta, do dinheiro que recebeu e que ele, às vezes, gastou e não teve nota. Pega mal! Pega mal para o funcionário público.

Então, no Governo Requião se estabeleceu o cartão corporativo. O que é o cartão corporativo, Deputado Traiano? É a diária, só que ao invés de dar em dinheiro, paga-se com o cartão, com direito a R\$ 50 por dia. Se ele viajar 3 dias, neste cartão são creditados R\$ 150, que é o valor da diária que ele pode sacar no Banco do Brasil ou pode pagar, nas cidades maiores, aonde os hotéis e restaurantes têm o cartão de crédito onde se possa passar. Quanto tem esse cartão corporativo? Cento e cinquenta reais, no caso, digamos, de 3 diárias. Gastou R\$ 150, zerou o cartão. Tirou R\$ 150, zerou o cartão. Não tem mais nada nele. Você, numa outra viagem que for fazer, carrega o cartão de novo, mas para carregar o cartão no banco, tem que ter numa conta específica, o recurso depositado para você poder pôr esse dinheiro no cartão e é por isso esse números.

Se V. Exa. vir no extrato que trouxe na reunião passada, o senhor vai ver que tem lá “pousada e alimentação: R\$ 120 mil no dia 3 de janeiro”. No mesmo dia 3 de janeiro tem lá, “combustível e... - não lembro bem qual é o outro título - R\$ 120 mil reais”, e tem mais de um de 30, também no dia 3 de janeiro.” Isso significa um gasto no dia 3 de janeiro? Não. Isso significa a transferência da Secretaria da Fazenda para aquela conta específica, no Banco do Brasil, para ser gasto durante todo o tempo que esse recurso restar. Não significa que ele foi pago. Quando alguém dá um cheque, ele precisa ter saldo no banco para que o banco pague. Quando se carrega um cartão, esse cartão tem que ter saldo naquela conta para o banco carregar. Então, é para

o estrito cuidado no recurso público, que se criou o cartão de crédito.

Acho que esse assunto, Deputado Traiano, e nós já conversamos sobre isso pessoalmente, faço esse pronunciamento para esclarecer os demais Deputados, esse assunto ganhou espaço demais, porque é uma coisa absolutamente legítima. É como se nós estivéssemos dizendo que a Assembléia gastou tantos milhões de “cruzeiros”, no dia 02 de fevereiro. Por quê? Porque foi depositado a parte que lhe cabe no orçamento do estado, naquele dia, na conta do banco. Não significa que gastou.

O colunista que V. Exa. citou, Deputado, está absolutamente mal informado.

Concedo o aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Caíto Quintana, com referência ao colunista que o senhor se referiu, Celso Nascimento, que não se encontra aqui, nunca colocou a cara aqui, na verdade. Ele publicou na sua coluna, na Gazeta do Povo, este ano, uma nota mentirosa, maldosa, contra a minha pessoa. Nós sabemos que foi gente de Foz do Iguaçu, pago por alguém. Pedi para a Gazeta do Povo que nos explicasse isso. Ninguém se manifestou mais. Eu movi uma ação contra esse cidadão, chamado Celso Nascimento, já faz uns 90 dias. E nem o Oficial de Justiça encontra esse colunista para citá-lo.

Eu solicitei, fui para o advogado, aqui no Tribunal, e pedi a eles. E eles vão fazer isso. Vão citar, por hora certa, e ele será conduzido até o Tribunal de Justiça para falar dessa matéria mentirosa.

É esse colunista que está hoje acusando o Governo, até os cartões-ponto, que para mim é um fantasma.

Segundo a Gazeta do Povo, que escreve as suas matérias, manda para a Gazeta do Povo e lá não vai.

É a esse cidadão que estamos nos reportando neste momento.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Deputado Traiano, V. Exa. tem na mão, inclusive, o jornal de hoje. Eu lhe conheço há muitos anos, o Deputado Valdir Rossoni é testemunha disso. Sei que V. Exa. prima por avaliar com clareza.

Veja o equívoco do jornalista nas últimas linhas da coluna. Ele fala, ele pega o valor que foi creditado para cada secretaria, puramente soma esse valor e chega ao dado de 9 milhões, uma coisa assim, ou 5 milhões. Significa tudo aquilo que todos os funcionários públicos, em deslocamento, poderão gastar, enquanto tiver esta verba. Não significa, inclusive, que ela tenha sido gasta.

Mas, não é o Governador, não é o Palácio, são os Chefes de Núcleos, são os professores, são os trabalhadores do DER, são os trabalhadores da educação, de todas as secretarias. Mas, ele pergunta uma coisa embaixo que caracteriza o desconhecimento. Leia V. Exa. que vai ver.

Está escrito ali: “Mas, o funcionário público, quando se desloca não recebe diária”.

Ele não sabe sequer que o cartão corporativo veio substituir a diária, ou que o cartão corporativo é a diária. Ele está dando a entender para os eleitores que se gasta no cartão corporativo essa importância e mais as diárias. Não!

O colunista Celso Nascimento deveria pelo menos saber que o cartão corporativo é exatamente a substituição da diária para que o funcionário possa receber aquilo que lhe é de direito pelo deslocamento, sem precisar fazer nenhum tipo de manobra para fechar a conta na hora de voltar.

Concedo o aparte ao Deputado Traiano.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. desde o dia em que apresentei essa denúncia teve a preocupação de conversar pessoalmente comigo, e é verdade, buscando as informações com relação ao assunto em pauta.

Quero fazer um apelo a V. Exa. Não vou ficar aqui fazendo Oposição por Oposição, criticando, apenas a crítica pela crítica, eu quero saber a verdade.

Então, faço um pelo a V. Exa.: traga as informações. Tenho certeza e a convicção que V. Exa., interessado que é em trazer os devidos esclarecimentos aos paranaenses, nos traga detalhadamente onde esses recursos foram investidos. Apenas isso. Com certeza, ficaremos satisfeitos se essa informação vier, porque lamentavelmente, nós que aqui estamos fazendo uma Oposição madura, responsável, consciente, crítica, no sentido de contribuir para com o Governo, não podemos ficar satisfeitos por um expediente encaminhado pelo Secretário Rafael, onde apenas diz: “As despesas foram efetuadas e elas estão calcadas em cima de um decreto”. Essa é a resposta do ofício. Não me satisfaço com isso.

Faço um apelo a V. Exa. para que nos traga essas informações com clareza.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)**

A grande verdade, que essa dúvida, essa polêmica, só surge por culpa das informações, porque se estiverem na página da gestão pública todas as informações, não teríamos dúvidas. O problema é que a informação é trunca. Deputado Caíto, quanto às explicações do cartão, compreendo e V. Exa. aqui justificou e esclareceu. Acontece que na página da gestão pública temos condições de prestar as informações deste valor, quanto foi gasto. É só objetivar isso nas informações e o Governo ou quem é o responsável por essas informações não o faz, e aí deixa dúvidas.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Talvez, Deputado Traiano, não sei se foi tirado algum dado da página, mas lembro que desde que V. Exa. levantou essa questão aquele dia com o Secretário Ouvidor do Estado, que estava aqui o Secretário

Delazari, falei para ele, que na verdade a forma como estava colocado na página do Governo gerava interpretações, porque está lá: “Executivo - Governo do Paraná, cento e tantos mil reais”. Para quem lê e não conhece a estrutura, vai achar que naquele dia pagou essa importância. Falei: vocês têm que colocar na página que isso é o depósito feito na conta do cartão, porque o cartão funciona como um orçamento. Aqui, muita gente conhece de contabilidade pública, tem rubricas. Uma dessas rubricas é o cartão corporativo e nessa rubrica tem que dotar o recurso para poder carregar o cartão.

Vou procurar, no possível, não garanto que trarei os documentos porque são quase 250 mil funcionários que o estado tem, e todo aquele que viajou e recebeu uma diária teve o cartão corporativo carregado. E o cartão corporativo é diária. E diária não se presta conta, diária é um direito do servidor para custear a sua despesa quando se desloca. O máximo que puder ter de documentos que justifiquem isso eu terei o maior prazer de providenciar para esta Casa. Mas gostaria muito que a imprensa que cobre a Assembleia desse uma basta nessa questão da dúvida que o gabinete do Governador ou a Secretaria “x” tenha gastado tanto até agora. É rubrica orçamentária para carregar o cartão.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Temos 3 projetos com referência à sacola biodegradável: um do Deputado Caíto Quintana, outro do Deputado Stephanes Júnior, e da Deputada Rosane, que fala sobre a sacola biodegradável. Amanhã teremos uma Audiência Pública no plenarinho às 10h00. Gostaria de convidar todos os Deputados que têm interesse nessa matéria para que compareçam.

Só para que os senhores tenham uma idéia, confirmaram pessoas da Universidade do Rio Grande do Sul, químicos da Triunfo, um Deputado de São Paulo que deve estar presente, representantes da Braskem, da Plasti-vida, enfim, são vários institutos, várias indústrias que estarão presentes amanhã, a partir das 10h, no plenarinho.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há mais quem queira fazer uso da palavra.

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 5266/07, subscrito pelo Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, justificando suas faltas em Plenário, a partir de 09 de julho de 2007, em função de internamento no Hospital Santa Cruz, desde o dia 05 do mesmo mês, para tratamento de uma pneumonia, conforme atestado anexo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**



Indicação nº 224/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a realização de perícia para o pagamento adicional de insalubridade aos servidores do Hospital Osvaldo Cruz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 225/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a reforma do Colégio Estadual Unidade Pólo, no município de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 226/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 227/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário da Fazenda, a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 228/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a sede do município de Porto Rico ao distrito de Porto São José, no município de São Pedro do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 2102, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 12 de julho. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2127, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Accorsi, Dobrandino da Silva, Miltinho Pupio e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária de terça-feira, dia 17 de julho, em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Resolução nº 018/07. **Recebido; Protocole-se conforme artigo 107, parágrafo 3º do Regimento Interno, decorrido o prazo de 24 horas, incluir no Plenário para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Requerimento nº 2117, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda.**

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/07, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2008. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.**

Em votação o substitutivo geral.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Nós não temos a presença do Deputado Reni Pereira, que na verdade ficou de dar o encaminhamento técnico na questão da LDO para o próximo exercício. Na verdade, na semana passada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi solicitada a retirada da LDO da Ordem do Dia para que nesta semana pudéssemos votá-la. Na verdade ficou uma dúvida para nós Parlamentares em relação à publicação do balanço da ParanaPrevidência. É bem verdade, Srs. Parlamentares, que o Governo do

Estado tentou justificar já na Audiência Pública que aconteceu aqui na Casa, em relação à publicação dos 2 balanços do exercício de 2006.

Não temos nada contra a LDO, inclusive em relação ao aumento do percentual, tanto para o Poder Judiciário como para o Ministério Público. O que nos chamou a atenção, na verdade, foi a retirada de um débito do Governo do Estado com a ParanaPrevidência de seiscentos e poucos milhões de reais. Pois bem, Srs. Deputados, é uma questão que não estamos analisando: estamos votando a lei, mas como por obrigação os anexos devem fazer parte da LDO, quando este Parlamento vai analisar e votar a LDO para o ano seguinte, se faz necessária a apresentação desse balanço. E o que constatamos, Sr. Presidente? Tanto nós como diversos Parlamentares da Oposição?

Em relação a essa dívida do Governo do Estado com a ParanaPrevidência, que foi criada em 1998 e instituída 1 ano após, em 1999, o Governo do Estado alocou recursos para formar o fundo previdenciário e o fundo financeiro. O fundo previdenciário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dentro da ParanaPrevidência, é para pagamento dos funcionários que estão na ativa, hoje, quando chega a época da sua aposentadoria. E o fundo financeiro, que está dentro da ParanaPrevidência, deve receber recursos por parte do Tesouro do Estado ou por parte do Governo para pagamento dos funcionários que já estão aposentados. É por essa razão, Deputado Romanelli, que o Governo do Estado todo mês tem que pôr ativos, ou seja, dinheiro na ParanaPrevidência, dentro de um quadro chamado fundo financeiro, para pagar os aposentados do Governo do Estado - isso corresponde hoje a mais de 1/3 da folha de pagamento que corresponde aos inativos do estado do Paraná.

Pois bem, Srs. Deputados, essa dívida de seiscentos e poucos milhões que o Governo do Estado deve, isso fez parte do plano inicial na constituição da ParanaPrevidência, porque se fazia necessário o aporte imediato do Governo do Estado para o pagamento das pessoas que iriam se aposentar. Então, na elaboração do projeto de lei, quando veio para a Assembléia, quando analisamos essa lei, quando a Assembléia aprovou em 1998, já se parcelou exatamente essa dívida para que viesse vencendo mês por mês e o começo do pagamento seria em maio de 2005, se não me falha a memória. Aí, o Governo do Estado devia pagar isso parcelado em 170 meses e deveria começar a pagar em maio de 2005. Isso já ficou constatado quando aprovamos a lei.

Então, não vem dizer que essa dívida é do Governo passado, Governo Jaime Lerner, Governo Roberto Requião. Nada a ver. Isso fez parte da mensagem quando instituímos e criamos a ParanaPrevidência no Estado do Paraná. Essa dívida, na verdade, venceu no Governo Roberto Requião. Isso tem que ser dito. Não é uma dívida que não foi honrada pelo Governo do Estado, pelo Governo passado ou retrasado, fez parte do plano da

constituição da ParanaPrevidência e isso tem que ser liquidado e tem que ser pago.

O Estado do Paraná, Srs. Deputados, já tinha uma vez uma previdência, que era o Fundão. Quem acabou com o Fundão? O Governador Roberto Requião, no seu 1º mandato. Se o Governador do Estado, que foi eleito em 1990 e teve seu mandato até 1995, não tivesse acabado com o fundo previdenciário dos funcionários públicos do estado do Paraná, com toda certeza, teríamos hoje, Deputado Romanelli, não comprometimento de 51% da folha total do estado - porque lá estamos inclusos inativos - teríamos algo em torno de 35% da folha de pagamento comprometido com o funcionalismo público do estado do Paraná. Isso tem que ser dito. Isso tem que ficar registrado nesta Casa.

O Governo Roberto Requião, no seu 1º mandato, acabou com o fundo previdenciário. Quem trouxe esse déficit para o estado do Paraná foi o Governador do Estado na época, Roberto Requião, com um agravante, Srs. Deputados: o desconto que foi feito na folha dos funcionários foi para o Tesouro do Estado e se gastou, não se criou um fundo específico para aposentadoria e, hoje, nós vivemos esse drama, tanto é que fizemos um pedido de informações, aqui na Assembléia Legislativa, recebemos algumas respostas já, outras nós devemos receber ainda, de qual é o débito efetivo do Governo do Paraná com a ParanaPrevidência. Volto a dizer: em relação à Lei das Diretrizes Orçamentárias nada a opor, mas nos anexos, sim, nos anexos que fazem parte da LDO.

Esse é o registro, Deputado Romanelli, Líder do Governo Roberto Requião, e Srs. Deputados, que queremos deixar na Sessão de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi as palavras do nobre Líder dos Democratas, o nosso querido Deputado Elio Rusch e, em 1º lugar, quero dizer que tenho muito orgulho de ser Líder do Governador Requião nesta Casa, como, aliás, qualquer um dos membros que integram esta nossa bancada teria e, certamente, a discussão que nós temos travado, aqui, com a Oposição, embora às vezes mais acalorada, ela tem se dado sempre num alto nível.

Quero dizer a V. Exa., em 1º lugar, para poder acalantar o seu coração aflito, que o Deputado Reni Pereira, na quinta-feira, discutiu longamente com os técnicos que, a meu pedido, vieram da Secretaria do Planejamento e da Secretaria da Fazenda. Veio, inclusive, a Contadora Geral do Estado, que fez os esclarecimentos necessários sobre os aspectos financeiros dos quadros demonstrativos financeiros que temos, da justificativa da LDO, e é necessário que esses quadros estejam corretos, porque eles informam, justamente, a elaboração da peça

orçamentária, da nossa LOA - Lei Orçamentária Anual, e foi o que aconteceu.

O Deputado Reni Pereira ficou absolutamente convencido do demonstrativo elaborado - pela ParanaPrevidência estar correta - porque alerta o seguinte: vamos ter R\$ 301 milhões, para pagar em relação à questão da previdência ao exercício seguinte de 2008. Aquele quadro demonstrativo está correto e nada tem com o balanço e com aquele passivo exigido de longo prazo, dos R\$ 620 milhões - é um outro quadro demonstrativo. O Deputado Reni Pereira, que certamente é um dos mais especializados técnicos que temos na Casa, ficou absolutamente satisfeito com as explicações que foram feitas. Eu mesmo acompanhei o questionamento que ele fez e as explicações, para que eu pudesse entender o que estava acontecendo.

Em relação a um outro tema que V. Exa. não falou, mas acho importante, é sobre a questão do SERLOPAR, que consta na LDO ainda, por conta de que até aquela época da inauguração da lei, não havíamos votado a sua extinção. Mas aquela rubrica, aquela fonte da SERLOPAR passa automaticamente, por conta da lei, a integrar o quadro geral, o Tesouro do Estado, para aquela fonte 00, foi também devidamente esclarecido. Além disso, os outros questionamentos que foram efetuados, foram respondidos.

Penso que temos, de fato, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, que na sua íntegra, como lei, está absolutamente correta do ponto de vista de possibilitar e de informar a elaboração do orçamento, inclusive, com os percentuais que foram alterados de 8,5% para 9%, para o Poder Judiciário, para melhor poder atender, especialmente, a Justiça da 1ª Instância, que é o que demanda um grande investimento, também alterando para até 4% o total do Ministério Público, em função da demanda que temos, para poder, cada vez mais, aparelhar esta instituição, que tantos serviços relevantes presta ao estado do Paraná.

Eu queria dizer que as emendas que foram feitas por esta Casa, foram discutidas, algumas têm uma ampla concordância das Secretarias do Planejamento e da Fazenda. Em outras, ainda há uma discussão a ser travada. Estamos encaminhando pelo acolhimento do substitutivo-geral feito pelo Relator, Deputado Nereu Moura, da Comissão de Orçamento, que a Deputada Beti Pavin preside, ou seja, há consenso e a Liderança do Governo encaminha neste sentido, para que possamos votar esta LDO e esses temas específicos poderão ser debatidos ao longo deste período, na elaboração do PPA e, depois, da Lei Orçamentária.

Quero tranquilizar V. Exa., em relação à questão do quadro demonstrativo, porque o Deputado Reni Pereira já fez a análise, houve concordância dele, participei desta reunião com os técnicos do Planejamento e da Fazenda, então podemos, certamente, até por prudência, Sr. Presidente, por conta do questionamento

feito, decidimos deixar para hoje, para que ficasse esclarecido este tema. Quero comunicar a Casa, que os esclarecimentos foram feitos. V. Exa. me conhece e sabe que eu, para poder estar falando estas palavras aqui, falo por conta do processo de discussão e de esclarecimento que tivemos.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente

Em votação o substitutivo geral da Comissão de Orçamento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Declaração de voto. Encaminho por escrito à Mesa, mas faço questão de lê-lo, para que possa integrar os Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**)

Requerimento nº 2130, de autoria dos Srs. Deputados Elio Rusch, Reni Pereira, Chico Noroeste e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a publicação e a declaração de voto, em 2ª discussão, do Projeto de Lei nº 263/07, que conste da Ordem do Dia da presente Sessão.

(**Lê o requerimento**).

Eu encaminho V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente encaminhado.

**Recebido o requerimento. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Mensagens**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2089, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Malucelli, Tadeu Veneri, Teruo Kato e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando que seja transformada a Sessão Plenária de segunda-feira, dia 16 de julho, em

Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei nºs 243, 244, 455, 467, 478, 479, 494 e 460/07.

Está em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, votaremos favoráveis ao requerimento de transformação geral, porque houve um acordo da LDO de votarmos hoje, mas eu gostaria de ter o compromisso do Deputado Romanelli, porque hoje temos pelo menos 4 ou 5 projetos que são necessários esclarecimentos para que se possa votar, só esse compromisso. Aí, votaremos favoráveis.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero responder ao nobre Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que concordamos: façamos uma discussão. E eu concordo que quando se transforma o Plenário em Comissão Geral é necessário que tenhamos muita cautela e que se esclareça, devidamente, todos os projetos. São projetos importantes para o Paraná e, certamente, os Relatores, que vão falar sobre a constitucionalidade e legalidade, já vão adiantar muito sobre o tema. Mas penso que é necessário que possamos esclarecer devidamente todas as dúvidas para que esta Casa possa votar todos os projetos. São, todos, quero dizer, projetos do bem e a favor do estado do Paraná.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o item 10 da pauta, que o senhor inclui nesta discussão, está aqui na pauta sem parecer. Mas, ele tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça e é parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que ele tinha da CCJ e não tinha da Comissão de Finanças. Por esta razão, vamos apreciar os 2 pareceres, aqui, hoje.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Em virtude de não termos pareceres, tanto da CCJ, como da Comissão de Finanças, vamos solicitar que a Deputada Beti Pavin proceda à leitura do parecer da CCJ, e o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, o parecer da Comissão de Finanças.

Com a palavra a Deputada Beti Pavin, Relatora da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

(**Lê parecer da Comissão de Constituição e Justiça**).

**“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO  
PROJETO DE LEI Nº 243/07**

Mensagem 012/07 - Projeto de Lei nº 243/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS) e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

**Relatório**

O presente projeto de lei, enviado pelo Exmo. Governador a essa honrada Casa, foi fruto de profundos estudos elaborados pelos técnicos tributários da administração pública estadual, os quais, agindo no interesse público, buscaram atualizar a legislação estadual vigente aos justos princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

A alteração da alínea “f” do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11580/96, determinando a aplicação da alíquota de 12% (doze por cento) para diversos combustíveis (biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel, gás de refinaria, gás liquefeito de petróleo e gás natural) tem a finalidade de simplificar os procedimentos burocráticos praticados pela Receita Estadual, favorecendo assim o contribuinte.

Não ocorre alteração da carga tributária, uma vez que tendo todos a base de cálculo de 66% (sessenta e seis por cento), na prática, a carga tributária real é de 12% (doze por cento).

A única exceção, no caso, é a mistura do óleo diesel/biodiesel, o qual por ser produto destinado ao mesmo fim do óleo diesel, merece por parte da Fazenda Pública, idêntico tratamento.

Pretende-se que com a nova redação da alínea “d” do inciso IV do artigo 21, também da Lei nº 11580/96, atingir o real objetivo da norma tributária, a qual em razão de equívoco técnico, não logrou impor responsabilidade solidária ao contribuinte substituído, quando este recebe mercadorias em operações internas ou interestaduais, desacompanhadas do comprovante de recolhimento do imposto, nas hipóteses nas quais o pagamento do tributo é devido na ocorrência do fato gerador.

A inclusão do parágrafo 8º, no artigo 24, da citada lei, foi proposta com a intenção de atender aos princípios constitucionais da isonomia e igualdade tributária (artigos 5º, inciso I e 150, inciso II da Constituição Federal).

A medida estenderá ao contribuinte, que realiza transporte de carga própria, as mesmas regras aplicáveis ao contribuinte prestador de serviços de transporte relativos ao aproveitamento do crédito do imposto.

As diversas alterações da Lei nº 15450 foram trazidas perante a Assembleia Legislativa, com a intenção de afastar a cumulatividade de correção monetária e juros moratórios em créditos tributários não pagos em época própria, quando já incide a atualização calculada a partir da taxa SELIC.

O elevado número de demandas judiciais impetradas pelos contribuintes contra as exigências da referida lei, atesta a impossibilidade em se manter o sistema atual.

Ademais, a cumulatividade é reconhecidamente inconstitucional, o artigo 155, parágrafo 2º, inciso I da Constituição Federal é taxativo quanto a esta questão.

Havendo o reconhecimento, de que a moralidade administrativa do artigo 37, *caput*, da Carta Magna, dirige a toda a administração pública, é dever dos legisladores estaduais, permitirem à Fazenda Estadual, exercerem as suas funções públicas em observância ao ordenamento jurídico.

É o relatório.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre aos quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, 16.07.07.

(a) Beti Pavin - Relatora”

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em discussão o parecer do relatório da Deputada Beti Pavin.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Discutir)**

Sr. Presidente, consulto à Mesa se o relatório que a Deputada Beti Pavin acaba de ler é da CCJ?

#### **(Assentimento)**

Pois bem, esse projeto consta na minha cota como relatório e eu, inclusive, na última Sessão da CCJ, relatei e havia feito uma emenda que foi acolhida. Então, consulto ao Líder do Governo se há possibilidade de, eventualmente, suspender, porque eu já pedi para a CCJ mandar essa emenda. Essa é uma emenda que eu acredito que até interessa ao Governo do Estado. Hoje, ocorre que quando a pessoa é autuada, ela tem um desconto para pagar a vista a multa de 75% da multa, depois com 15 dias essa multa tem uma redução de 50%. Às vezes, o contribuinte exerce o legítimo direito da defesa, logra êxito em parte da autuação e chega até o Conselho de Contribuintes. O que tem ocorrido hoje? Quando ele ganha, em parte, no Conselho de Contribuintes, ele não tem nenhum estímulo para pagar, na maioria das vezes esse contribuinte tem apelado para a Justiça comum e caucionado com precatórios para poder discutir e não ter que colocar bens à penhora.

Então, a emenda que colocamos, já deve estar chegando, e eu até consulto a Deputada que foi Relatora e ao Líder do Governo se acolheria como emenda de plenário, haja visto que lá tinha sido acolhida, é que quando o contribuinte, após ter sido emitido o acórdão

com a última decisão administrativa, ele tem um desconto de 40% da multa para poder efetuar o pagamento e com isso o estado ganharia, porque com isso o contribuinte teria um estímulo para pagar ao invés de recorrer à Justiça comum e caucionar com precatório, como tem sido hoje. Nós sabemos que as finanças do estado, muitas vezes, sofrem este baque com o pagamento efetuado com precatório.

#### **O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu ouvi a Deputada Beti Pavin fazer o relatório. Já que o Plenário se transformou em Comissão Geral, na verdade, nós somos agora a CCJ e estamos analisando a constitucionalidade desse projeto. O Deputado Reni Pereira acaba de dizer que ele era Relator e me parece que esse projeto já passou pela CCJ. Essa é a dúvida que eu tenho: se o Deputado Reni Pereira relatou esse projeto na CCJ com uma emenda, essa dúvida que persiste, ele passou na CCJ ou não, ou foi retirado da pauta da CCJ?

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Consulto o Presidente da CCJ, Durval Amaral, para que nos ajude a esclarecer esse impasse.

#### **O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)**

Perfeitamente, nobre Presidente. Só esclarecendo: a matéria realmente estava na Ordem do Dia da CCJ, o Relator da matéria na CCJ era o Deputado Reni, no entanto, quando foi incluída na Ordem do Dia, foi pedido vistas e automaticamente foi retirada da Ordem do Dia. Me informa o Deputado Reni, com propriedade, que é vital a apresentação de uma emenda aditiva, que efetivamente gostaríamos de fazer um entendimento com a

Liderança do Governo, já que estamos votando inicialmente a constitucionalidade. Não poderia neste momento ser votada a emenda aditiva, mas que houvesse o compromisso da Liderança do Governo, por sugestão do Deputado Reni. É uma emenda que visa defender os contribuintes do estado do Paraná, automaticamente, seja acolhida pelo Relator e apreciada pelo nobre Líder do Governo, receba a orientação de voto favorável, para que todos nós Deputados possamos votar favoravelmente a essa mensagem do Governo, a emenda aditiva do Deputado Reni Pereira, que vai ser apresentada em 2ª discussão, então, Deputado Romanelli.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Concordo. Queria, apenas, já encaminhei, que a minha assessoria pudesse passar essa emenda, para que pudesse rapidamente ser analisada pela Secretaria da Fazenda. Enquanto isso, dá um tempo para que possamos, em 2ª discussão, apresentar essa emenda. Votamos agora a constitucionalidade e ao mesmo tempo aguardamos um parecer sobre o tema. Pessoalmente, acho que a emenda é muito interessante, e como emenda aditiva, resta como

última análise a sanção ou não do Governador à emenda proposta por esta Casa. Parece que é um tema que podemos discutir e encaminhar dessa forma a proposta do Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, acolhemos a emenda. Aprovamos o parecer da CCJ pela sua constitucionalidade e votamos em 2ª discussão a emenda do Deputado Reni Pereira. Está em votação o parecer da CCJ. **Aprovado.**

A seguir, o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, para ler o seu parecer na Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Surgiu uma dúvida. O item 3 não foi votado, foi votado apenas o parecer?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos votando o item 3. Votamos o parecer da CCJ, agora estamos votando o parecer da Comissão de Finanças, ainda no item 3.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

(**Lê**):

“COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS  
PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS AO  
PROJETO DE LEI Nº 243/07

Mensagem 012/07 - Projeto de Lei nº 243/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS) e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

**Relatório**

No que concerne a competência desta Comissão de Finanças, temos de salientar que a proposta, não causará impacto financeiro no orçamento estadual, se limitando a alterar procedimentos burocráticos, no intuito de favorecer o contribuinte, com o aumento da eficiência do sistema tributário e sanar inconstitucionalidades presentes na legislação estadual.

A alteração da alínea “f” do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11580/96, determinando a aplicação da alíquota de 12% (doze por cento) para diversos combustíveis (biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel, gás de refinaria, gás liquefeito de petróleo e gás natural), permitirá a simplificação dos procedimentos burocráticos praticados pela Receita Estadual, não influenciando a arrecadação estadual.

A nova redação da alínea “d” do inciso IV do artigo 21, também da Lei nº 11580/96, ao permitir atingir o real objetivo da legislação tributária, a qual em razão de equívoco técnico, não conseguiu atribuir responsabilidade solidária ao contribuinte substituído, quando este recebe mercadorias em operações internas ou interestaduais, desacompanhadas do comprovante de recolhimento do imposto, nas hipóteses nas quais o pagamento do tributo é devido na ocorrência do fato gerador.

Esta medida favorecerá o fisco, gerando obstáculos à fraude fiscal, induzindo o aumento dos valores recolhidos aos cofres públicos.

A inclusão do parágrafo 8º, no artigo 24, da citada lei, estendendo ao contribuinte, que realiza transporte de carga própria, as mesmas regras aplicáveis ao contribuinte prestador de serviços de transporte relativas ao aproveitamento do crédito do imposto, não configurará renúncia fiscal, podendo-se supor que, pelo provável aumento da atividade econômica decorrente desta medida, favorecerá O erário público.

As diversas alterações da Lei nº 15450 foram trazidas perante a Assembléia Legislativa, com a intenção de afastar a cumulatividade de correção monetária e juros moratórios de créditos tributários não pagos em época própria, quando já incide a atualização calculada a partir da taxa SELIC.

Tratando-se de mera atualização, de valores já devidos, é óbvia a inexistência de qualquer resultado nas contas públicas.

É o relatório.

**Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre aos quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois, estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre provável impacto financeiro sobre o orçamento, somos obrigados a ressaltar que caso advenha alguma influência sobre a arrecadação, esta será positiva, aumentando a receita estadual, portanto diante do exposto acima, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA - Relator”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças.

Os Deputados que aprovam. **Aprovado.**

Está em votação em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 243/07.

Está em discussão.

Encerrada a discussão.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/07, que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA, dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Mensagens).

Em votação.

Pela ordem, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na verdade esta lei, o Governo já aprovou na Lei do IPVA do ano passado e havia um dispositivo em relação a qualquer órgão público.

O Governo já estava autorizado.

Fizemos um substitutivo geral, na CCJ, depois de constarmos com o Inspetor Geral de Tributação. A falha estava em que o DETRAN não poderia leiloar, só o Governo do Estado.

Agora, está substituindo aqui por qualquer órgão público. Na Lei do IPVA já autorizava.

Consulto o Líder do Governo, não sei quem é que vão designar Relator, mas, que é possível acolhesse esse substitutivo geral, que contempla o que o Governo, na verdade, quer com essa mensagem, porque ele já estava autorizado a leiloar esses veículos com a Lei do IPVA, só que não conseguia leiloar, porque não era qualquer órgão público, era só o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, o Deputado Nelson Justus.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Se for para aprimorar a boa técnica legislativa, por óbvio que acolhemos o substitutivo geral.

Queria apenas saber de V. Exa., o que é exatamente que o substitutivo vai tratar diferente do projeto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Na Lei do IPVA, ela já diz que o Governo pode leiloar isso. Só que o Governo não estava conseguindo leiloar, porque o DETRAN não se enquadra na Lei do IPVA.

Ele está mudando, está substituindo “qualquer órgão público”, tendo em vista que o DETRAN é uma autarquia e não estava autorizado pela Lei do IPVA.

O que se alterou no meu substitutivo geral é “qualquer órgão público”, porque às vezes o Governo pode até ceder esses veículos para outros órgãos fazer esse leilão, daí não estaria acobertado pela Lei do IPVA, que diz: “só pelo Governo do Estado”.

Esse substitutivo foi feito depois de entrarmos em contato com o Sr. Gilberto Calisto, que é o Inspetor Geral de Tributação da Secretaria da Fazenda, que nos orientou o que o Governo pretendia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Perfeitamente. Tenho em mãos aqui o substitutivo, que por óbvio não pode ser apreciado pela Comissão de Justiça, mas que acolhemos esse substitutivo e penso que é a forma de resolvermos esse tema.

Não sei quem é ficou com o relato dessa Lei do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência consulta, porque o Relator da CCJ seria o Deputado Nereu Moura.

Consulto se então será o substitutivo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O substitutivo, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Solicito do Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O projeto de lei em análise encontra-se em legitimidade e constitucionalidade.

O parecer constata a iniciativa e a competência para dispor sobre o tema. Na mesma situação, todos que forem realizar baixas diligências para o DETRAN e para a Secretaria da Fazenda, para que esses órgãos pudessem se manifestar.

Dentre outros assuntos, sobre quantos veículos foram vendidos em hasta pública. O DETRAN do Paraná se manifestou através de ofício, explicando que a matéria tratada não diz respeito ao órgão, não estando porquanto correlata com a legislação do trânsito. a Secretaria da Fazenda, por sua vez, ainda não se manifestou sobre a propositura. Ocorre que, em sendo realizada análise aprofundada do assunto, encontrou-se a Lei Ordinária do Estado do Paraná de nº 15336/07, que em seu artigo 2º contempla o mesmo objeto da mensagem enviada pelo Poder Executivo a esta Casa de Leis.

Sendo assim, é esforço que se apresente emenda substitutiva geral que segue como anexo. Insta dizer nesse ponto que, com a doação da emenda substitutiva geral, não há que se falar em impacto econômico-financeiro, ao passo que esse estudo já fora feito quando da edição da Lei nº 15336/06. A partir disso, esse projeto vem basicamente regularizar e detalhar o tema em nosso estado. Alterando outra lei, não cabendo nova lei. Mas sim, modificação de norma legal já em vigor, apenas corroborando, existe a possibilidade de o Poder Executivo alterar o texto legal, a hipótese que segue como analisado no parecer inicial.

Em sendo assim, Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto de lei com adoção da emenda substitutiva geral, com parecer favorável, que passo a ler:

(Lê:)

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI DE Nº 244/07

Com base no artigo 137, parágrafo 2º, é que se propõe a emenda substitutiva geral que segue, substituindo o texto da lei:

“Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 15336/06, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica dispensado o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos definitivamente baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro

de 2007 e leiloados, na condição de sucata, por qualquer órgão público.

§ 1º O órgão público responsável encaminhará rol dos veículos que serão objetos de baixa para o leilão na condição de sucata ao DETRAN/PR, que o remeterá à Secretaria de Estado da Fazenda, para registro de dispensa de IPVA.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO  
PROJETO DE LEI Nº 244/07

ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 013/07

Autor: Poder Executivo.

#### Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º a dispensa do pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos definitivamente baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007 e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

Na justificativa, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente a *solicitação de diversos órgãos públicos de lei que dispense os débitos do IPVA dos veículos leiloados, tendo em vista que a difícil recuperação destes valores (IPVA) dos veículos que foram ou irão a leilão. Há ainda que se levar em consideração nos termos do texto legal proposto a dispensa de IPVA dos veículos que não estarão mais em circulação, ou seja, sucatas.*

*Visa, ainda, a medida ante ao grande número de leilões de veículos sucateados realizados por órgãos públicos, a eliminação dos custos e da burocracia para se efetuar a cobrança do tributo (IPVA), além de facilitar a operacionalização dos leilões e a logística dos veículos.”*

É o relatório.

#### Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

#### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) NEREU MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer com substitutivo lido pelo Deputado Nereu Moura, relator do projeto.

Está em votação o parecer. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Deputado Teruo Kato que proceda a leitura do parecer da Comissão de Finanças.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

(Lê:)

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE  
FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 244/07  
MENSAGEM Nº 013/07

#### Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º a dispensa do pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos definitivamente baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007 e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro.

Esta relatoria entende que a medida proposta facilitar e desburocratiza os leilões por órgãos públicos de veículos baixados pelo DETRAN/PR, facilitando assim a recuperação dos créditos tributários dos bens leiloados.

É o relatório.

#### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) TERUO KATO

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o parecer da Comissão de Finanças.

**Aprovado.**

Em votação, em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 244/07.

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, volta e meia, quando chegamos aqui na Casa, deparamos com alguns projetos, tanto de autoria do Poder Executivo quanto de autoria de Parlamentares, isentando do pagamento de multa, isentando do pagamento de taxas de mora e quando se fala em veículos, taxas de estacionamento, e na verdade, como isso aqui está sendo aprovado no afogadilho e estamos nas últimas Sessões que antecedem o recesso e aliás, é pela primeira vez na história da Assembleia Legislativa que o recesso não inicia no final de junho mas inicia no dia 17 de julho,



é normal isso. Entra Governo, sai Governo e nós que fomos tão criticados no passado quando nós éramos Governo, quando chegava próximo ao término da Sessão Legislativa, vinha uma enxurrada de projetos para a Casa. A Liderança do Governo pedia regime de urgência e pede a transformação do Plenário em Comissão Geral.

Eu quero dizer uma coisa: isso aqui é de praxe. Não podemos querer culpar Governo Jaime Lerner, nem Governo Álvaro Dias, nem José Richa, e o Roberto Requião, Governador, e o PMDB, que tanto combateram isso, está exatamente seguindo o mesmo caminho. É importante que se diga isso. Agora, pergunto ao Líder do Governo: a dúvida que eu tenho, efetivamente, Deputado Romanelli, e já que tomamos conhecimento desse projeto e a lei que estamos votando neste momento, quer dizer: *Fica dispensado o pagamento de crédito tributário ajuizado ou não, relativo ao IPVA dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro e leiloados na condição de sucata por qualquer outro órgão.*

Pergunto: como é que ficaria o caso daqueles veículos que não foram baixados? Sabemos que existem inúmeros veículos no estado do Paraná que não estão com a sua situação em dia e que não foram regularizados junto ao DETRAN. Quer dizer, têm veículos lá que já estão há 10, 15 anos sem pagar IPVA e você vai ao DETRAN, lá está o registro do veículo. Esse veículo não foi baixado por força da lei. Seria beneficiado também ou não beneficiado? Segundo me consta, essa lei apenas beneficia os veículos baixados. É o que entendi agora. Agora, vai se baixar o veículo? É lógico, automaticamente ele virou sucata, está no depósito e aqueles veículos que estão lá no interior, no galpão, no armazém, jogados, muitas vezes o próprio proprietário do veículo tira as rodas, faz um “jerico”. Aliás, no Paraná, Sr. Presidente, temos um município, Serranópolis do Iguaçu, que faz a Corrida dos Jericos. Eles pegam chassis de um carro, tiram o motor, põem um motor a diesel em cima, “tobata”, e fazem aquela corrida! Fazem uma festa. Milhares e milhares de pessoas participaram disto. Isto não é folclórico! Mais de 30 mil pessoas estiveram presentes, no dia 1º de maio, agora, no município novo de Serranópolis do Iguaçu, presenciando uma corrida de “jericos”. E o que é isto? É um chassis de uma rural ou de um jipe. Eu pergunto: se este veículo, não foi dado baixa, o oficial do DETRAN, como é que fica? Ele também será beneficiado com esta lei? Apenas com uma declaração, ou não?

Eu sei que não posso dar um aparte, mas esta é a dúvida que persiste, já que o parágrafo 1º diz o seguinte: *O órgão público responsável encaminhará rol de veículos que serão objetos de baixa para leilão, na condição de sucatas, no DETRAN.*

Mas, tem que estar no DETRAN, no depósito. Se ele não estiver apreendido? Se estiver com mais de 10 anos sem pagar o IPVA? Como é que ficam, estes veículos? Não deveriam apresentar uma emenda para fazer esta correção, também, Líder do Governo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A idéia é do “jerico”. Na verdade, a lei é uma lei que trata especificamente de solucionar um problema que têm os órgãos públicos estaduais, que desejam, para fazer pelo menos com que o estado recupere, um pouco, recursos importantes e para facilitar a operacionalização dos leilões e a logística, os veículos de difícil recuperação de valor, do IPVA, e que são baixados pelo DETRAN, que são veículos que não circularão mais, iguais os “jericos”, mas que na verdade vão continuar circulando, eles efetivamente terão a dispensa do pagamento do IPVA para estes veículos. Ou seja, é uma solução que visa solucionar um problema, porque fica a pendência do IPVA e de outras taxas, mas especialmente do IPVA, de veículos que irão a leilão, pertencentes a órgãos públicos estaduais. É uma solução que vai facilitar a operacionalização dos leilões.

Quando discutirmos, aqui, a Lei do IPVA, no final do ano, poderemos tratar especificamente dos “jericos”, penso eu. Esta lei, não. Serão de veículos que serão sucata, mesmo, que não irão mais circular. Por isso é uma lei específica, para poder fazer os leilões das sucatas que já foram baixadas, que estão com seu registro no cadastro nacional e veículos automotores, baixados. No DPVAT, não. É o cadastro nacional de veículos automotores.

Na verdade, quero dizer uma coisa a V. Exa.: esta lei está aqui desde o dia 10 de abril e não foi votada pela CCJ. Quando eu, muitas vezes digo, aqui, que é necessário fazer o regime de urgência, ouço a voz da Oposição, inclusive de V. Exa., dizendo: “V. Exa. quer atropelar o nosso Regimento, com o regime de urgência.” Mas, aqui está um exemplo: recebemos aqui na Casa, no dia 10 de abril, aonde o Presidente Nelson Justus recebeu e encaminhou para a Diretoria Legislativa, para as devidas providências e tramitar na Casa.

Por isso é que fomos obrigados a recorrer, no último dia deste 1º semestre da Sessão Legislativa, para que fosse incluído nesta Comissão Geral, por conta de que esta mensagem do Governo não foi apreciada no tempo próprio pela Comissão e Justiça, como deveria ter sido, no que concordo com V. Exa., porque penso que não é necessário que todos os projetos de lei tenham, necessariamente, um requerimento de regime de urgência a ser votado pela Casa. Mas temos que reconhecer que, infelizmente, está aqui um exemplo de uma lei que já poderia ter sido votada e que não precisava ficar exatamente para o final desta Sessão Legislativa.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos o apoio dos Srs. Parlamentares e no tempo certo, Deputado Elio Rusch, penso que poderemos tratar do tema do “jerico” na Lei do IPVA, em uma forma até de regularizar as situações de veículos existentes, até porque o que interessa mesmo é fazer com que os proprietários dos BMWs, das Mercedes Benz, das Toyotas Prado, desses veículos que de fato as pessoas de maior renda possuem, é que devam pagar o IPVA, além dos veículos normais, é claro. Mas,

certamente, o “jerico” não deve pagar, na minha avaliação, o IPVA. Mas, no tempo certo, penso que é um tema que deve ser discutido.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero esclarecer que efetivamente não estamos votando nada no afogadilho. O que efetivamente ocorre é que hoje as Comissões Permanentes da Casa atuam efetivamente e ficam mais tempo com os projetos. O que fizemos nesta última semana foi, sim, uma limpeza da pauta, mas nada no afogadilho.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Sr. Presidente, apenas para registrar. Acho esse projeto absolutamente natural e necessário. Não justifica alguém que já tenha um veículo baixado pelo DETRAN - portanto esse veículo não existe mais - que continue a ser lançado sobre ele o IPVA ou se vá cobrar IPVA atrasado.

Agora, o que eu queria colocar, Sr. Presidente, isso em termos de futuro, mesmo após aprovada esta lei, para fazer um emenda nela, tenho bastante preocupação com a questão de sucatas, porque embora estejamos em época de informática, que você ao baixar um veículo, baixa-se o número do chassi desse veículo, acredito que o veículo sucata, para ir a leilão e para ser baixado no DETRAN, deveria ser levado o recorte do chassi onde está o número do veículo. Leilões de carros velhos e sucateados, muitas e muitas vezes, são matéria-prima para veículos furtados serem substituídos por aquele número de chassi.

Então, vou estudar melhor o assunto e no 2º semestre apresentamos emenda sobre essa matéria. A questão dos leilões também tem que ser discutida, porque via de regra, quando se faz um leilão, faz-se um enorme lote, o que inviabiliza pequenos empresários regionais, que utilizam as peças que ainda estão boas, de participarem do leilão, porque os grandes desmanches acabam comprando o lote inteiro, não permitindo que as pessoas da região possam participar, em plano de igualdade, do leilão. Talvez se deva pensar em regionalizar os leilões de sucata, mas como não é matéria para se fazer no improviso, só quero registrar essa preocupação: o recorte do chassi e como se faz os leilões. Isso pode ser feito, perfeitamente, depois de aprovada essa matéria, fazendo uma emenda nessa futura lei.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Só gostaria de lembrar o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que se estudasse também uma forma, uma lei por parte do Governo para que nós aqui na Assembléia não viéssemos a incorrer na inconstitucionalidade, porque pela Constituição não podemos apresentar projeto que diminua a receita do estado ou aumente a despesa, senão o projeto será considerado inconstitucional.

Então, vejo com bons olhos este projeto que visa dispensar os tributos ajuizados ou não, até 31 de dezembro deste ano para os veículos sucata, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A iniciativa é do Governo.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

É iniciativa do Governo.

Gostaria que o Líder do Governo levasse, também, para o Governo e para a Secretaria da Fazenda que se estudasse, através do DETRAN, Deputado Romanelli, uma forma de isentar ou regularizar a situação daqueles veículos cujos proprietários não tenham regularizado a sua situação junto à Secretaria da Fazenda.

Há muitas pessoas que confundem, entendem que o IPVA é do DETRAN. Quem controla o IPVA é a Secretaria da Fazenda. O DETRAN, única e exclusivamente, controla a taxa de licenciamento. Agora, quem tem o controle sobre o pagamento do IPVA não é a Secretaria da Fazenda, mas sim o DETRAN. Então, caberia ao DETRAN fazer um levantamento.

Esta questão de ordem que faço tem procedência porque ela se refere à questão do IPVA, e é isso que estamos discutindo, neste momento, Deputado Romanelli. O DETRAN poderia fazer um levantamento no estado do Paraná de quantos veículos, hoje, estão com esse imposto atrasado, que é diretamente da competência da Secretaria da Fazenda, mas como ela não tem formas de fiscalizar, de verificar isso, caberia ao DETRAN, em conjunto com a Secretaria, verificar isso.

Na cidade de Marechal Cândido Rondon, como em Francisco Beltrão, como em Paranavaí, por exemplo, deve ter dezenas e dezenas de veículos que estão registrados no DETRAN com o número da placa, letras, tudo certinho, mas na verdade esse veículo não existe mais, não está circulando, está no depósito ou no ferro-velho. Então, por isso deve-se fazer um levantamento.

Faço uma sugestão à Liderança do Governo, para que os veículos com 10 anos sem regularizar, os postos do DETRAN no interior do estado pudessem procurar essas pessoas para ver se esses veículos existem ou não. Poderia, também vir um novo projeto para a Assembléia para regularizar essa situação.

Se o Governo do Estado mandar uma mensagem dessa, com toda certeza, vamos conseguir regularizar muitos veículos que não existem mais e, na verdade, ocupam espaço nos arquivos do DETRAN, embora seja tudo informatizado, mas existe a parte documental que tem que ser guardada. Baixou o veículo, está fora de circulação, um abraço.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

**Aprovados os pareceres das comissões.**

Está em votação o projeto. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 083/98 - Região Metropolitana de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAM E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/07, de 30/04/07, em Projetos de Lei Complementar).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei sob análise trata de alteração do artigo 1º da Lei Complementar nº 083/98, que criou a Região Metropolitana de Maringá, para incluir nesta região a cidade de Jandaia do Sul.

**Legitimidade e Constitucionalidade**

A criação, e por decorrência, a modificação de regiões metropolitanas está encartada na Constituição Estadual, em seu artigo 21:

*Art. 21. O estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.*

Assim e usando de suas prerrogativas de iniciar o processo legislativo, consoante o artigo 65 de Constituição Estadual, em respeito ao princípio da simetria, a nobre Parlamentar obedeceu aos ditames legais e constitucionais. Ademais, a lei complementar que criou a Região Metropolitana de Maringá também fora proposta de Parlamentar. Em nosso sistema jurídico é cediço a acepção de que quem cria a lei pode, em momento posterior, modificá-la, como no caso em análise.

Aprofundando, existe Lei Complementar de nº 111/05, que dispõe sobre o funcionamento das regiões metropolitanas no Paraná. No artigo 2º desta lei estão expressas as condições para aumento da região metropolitana, ora *in verbis*:

*Art. 2º A ampliação da região metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:*

- I - evidência ou tendência de conurbação;*
- II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;*
- III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.*

Estes requisitos, mostram-se presentes no caso em concreto. Isto porque, a cidade de Jandaia do Sul está localizada em região limítrofe, com os outros municípios da Região Metropolitana de Maringá. Ainda mais, denota-se que estas cidades, juntamente com Jandaia do Sul, necessitam de uma organização única, para propiciar uma evolução ampla, coesa e profícua. Excluir esta

cidade é negar-lhe um desenvolvimento pleno, juntamente com seus vizinhos. Corroborando o artigo 3º, nota-se que realmente existe relação de integração sócio-econômica com os demais municípios da região metropolitana, sendo forçoso e de bom tom que, em respeito a importância do município ora sob estudo, seja aprovado o presente projeto de lei. Vale dizer que Jandaia do Sul, fundada em 1952, situa-se no Vale do Ivaí, sendo importante centro regional nesta região.

No que respeita à técnica legislativa, pela Lei nº 095/98, nada há que possa obstar o prosseguimento desta proposição.

**Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07

**P A R E C E R :**

Para análise desta comissão, o Projeto de Lei nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 083/98 instituidora da Região Metropolitana de Maringá, incluindo o município de Jandaia do Sul.

A Comissão de Finanças incluiu 2 outros municípios, quais sejam: Lobato e Santa Fé.

É importante destacar que a simples criação de regiões metropolitanas não gera benefícios para as populações locais, portanto, a inclusão de outros 3 municípios na Região Metropolitana de Maringá não lhes representa maiores avanços em relação aos demais municípios.

Por outro lado, se há a reivindicação dos municípios e há compatibilidade física e administrativa, não existe razão para se opor à modificação proposta.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, aditada pela emenda da Comissão de Finanças, para que possa ir a Plenário e ser debatida por todos os Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07

**P A R E C E R :**

A proposta de lei complementar em observação, de autoria da nobre Deputada Estadual Cida Borghetti, objetiva incluir o município de Jandaia do Sul, como componente da Região Metropolitana de Maringá, através de alteração da lei complementar que instituiu a referida região metropolitana (Lei Complementar nº 083/98, de 17 de julho de 1998).

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a salientar que a proposta não causa nenhum impacto financeiro tendo o cunho de tão somente ampliar a composição numeral de municípios da Região Metropolitana de Maringá.

Mister salientar, que no nosso entendimento, a proposta propiciará grandes benefícios ao município de Jandaia do Sul, principalmente no que tange à melhoria da qualidade de vida da população não só daquele município, como também de todos os demais componentes da região metropolitana, através de ações integradas.

Convém informar que esta Comissão de Finanças, ao proceder seu exame, deparou-se com incongruência legislativa, causada por dissentimentos nos processos legislativos anteriores referentes à proposição, sendo necessário, para entendimento, que se esclareça o seguinte histórico legislativo:

- no ano de 1998, esta Assembléia de Deputados aprovou Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, na qual em seu artigo 1º, além de instituir a referida região metropolitana, expressa a seguinte composição de municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu;

- no ano de 2002, esta Assembléia, talvez por descuido no exame constitucional do processo legislativo, aprovou uma Lei Ordinária, de nº 13565, de alterando o artigo 1º, de uma Lei Complementar, a de nº 083/98, supra-mencionada, modificando a composição de municípios da Região Metropolitana de Maringá;

- não bastando, sem revogação da lei ordinária retro mencionada, no ano de 2005, esta Casa de Leis aprovou a Lei Complementar nº 110, de 10 de agosto de 2005, que alterou novamente a composição municipal da Região Metropolitana de Maringá, passando a ser constituída dos seguintes municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba.

Feito o histórico legislativo da norma atacada pela alteração em exame, entendendo ser necessária emenda substitutiva corretiva, na forma constante em anexo.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral, que apresentamos em apenso.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
VOTO EM FORMA DE EMENDA  
SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07**

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, alterado pela Lei Complementar nº

110, de 10 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do parágrafo 3º, do artigo 25 da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato e Santa Fé.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.07.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira.

**JUSTIFICATIVA:**

A inclusão dos municípios de Lobato e Santa Fé na Região Metropolitana de Maringá trará inúmeros benefícios a estes, podendo citar a melhoria da qualidade de vida, o que por si só justificaria a presente.

Ressalta-se que a inclusão de mais 2 municípios nesta região metropolitana não gera impacto financeiro, pois apenas amplia o número de municípios na Região Metropolitana de Maringá.

Por estes motivos, apresentamos o presente voto em forma de emenda substitutiva geral.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 083/98**

Publicado no Diário Oficial nº 5294 de 17/07/98

**SÚMULA:**

Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios que especifica.

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu.

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 17.07.98.

(aa) DES. HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR  
Governador do Estado, em exercício  
MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado do Planej. e Coordenação Geral

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre o tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agências lotéricas, que prestem serviços bancários no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 324/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 324/07 de autoria do Deputado Plauto Miró, tem por escopo dispor sobre o tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agências lotéricas que prestem serviços bancários no estado do Paraná.

**Fundamentação - Legitimidade**

Quanto ao tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agências lotéricas, temos em nossa Constituição Federal a previsão da preservação da dignidade da pessoa, a qual diretamente encontra-se ligada ao presente projeto, vejamos:

*Art. 1º A República Federativa do Brasil,... tem como fundamentos:*

*III - a dignidade da pessoa humana.*

Já em observância ao Código de Defesa do Consumidor, temos que as agências lotéricas enquadram-se na figura de servidor, ficando assim, vinculado aos ditames do CDC, conforme dispõe em seu artigo 3º, parágrafo 2º, vejamos.

*Art. 3º Fornecedor é...*

*§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.* (grifo nosso)

Temos também, no artigo 20, parágrafo 2º do CDC, que são considerados impróprios e inadequados os serviços pelos quais os clientes têm que esperar, vejamos:

*Art. 20. O fornecedor de serviço...*

*§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade.* (grifo nosso)

Diante do exposto, observamos que o presente projeto de lei reveste-se de total constitucionalidade.

Por derradeiro, observa-se que a Lei Complementar nº 095/98, ao dispor sobre a técnica legislativa, veda expressamente o estabelecimento de cláusula de revogação genérica, vejamos:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Desse modo, o projeto de lei encontra-se em desconformidade no que concerne a técnica legislativa utilizada, fazendo-se necessária a emenda supressiva em seu artigo 6º.

**Conclusão**

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Federal e Código de Defesa do Consumidor, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente, desde que atendida a emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 324/07

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento desta Casa, apresento a emenda supressiva ao artigo 6º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**Apoiamento:**

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Nereu Moura, Professor Luizão e Teruo Kato.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 324/07

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró, dispõe sobre tempo de espera e atendimento preferencial em agências lotéricas que prestem serviços bancários no estado do Paraná.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no tocante à sua legalidade e constitucionalidade, obedecida a emenda supressiva apresentada pelo autor do projeto.

A Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL apóia a proposição, pois, como bem observado no parecer da CCJ, o presente projeto, além de estar em consonância com o princípio constitucional esculpido no artigo 1º, III, lastreia-se nas diretrizes dos artigos 3º, parágrafo 2º, e 20 do Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis à espécie de que trata este projeto.

O fato de as agências lotéricas passarem a oferecer serviços bancários constituiu medida louvável, que resultou em amplos benefícios para seus usuários. A realidade, contudo, demonstrou que grande número dessas agências não estavam preparadas para prestar atendimento às pessoas que as utilizam, de modo que respeitasse, ainda que minimamente, os mais pequenos direitos que lhes foram assegurados pelos diplomas legais acima referidos, submetendo-as, muitas vezes, a situações intoleráveis, que em boa hora vem este projeto de lei corrigir.

**Conclusão**

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste Relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Agricultura, Indústria,

Comércio, Turismo e MERCOSUL, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

TERUO KATO - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/07, em Mensagens).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 421/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo, visa objetivar normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios, no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais estabelecidas pela união.

##### Legitimidade e Legalidade

A Constituição da República assegura, é de competência privativa da união legislar sobre normas gerais de licitação, *in verbis*:

Art. 22. *Compete privativamente à união legislar sobre:*

*XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da união, estados, distrito federal e municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III; (grifos nossos)*

O que é competência legislativa privativa e suplementar?

Privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar. Suplementar: é a uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

O fato de a Constituição definir como competência privativa da união legislar certas matérias, *in casu*, normas gerais de licitação e contratação, permitiu aos estados legislarem suplementarmente, conforme parágrafo 2º do artigo 24 da Constituição:

§ 2º *A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

Bem assim, aquilo que for vedado (explícita ou implicitamente) pela Constituição, não será objeto de normatização por parte dos estados:

Art. 25. ...

§ 1º *São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

A competência legislativa plena dos estados somente poderia ser exercitada se não houvesse as normas gerais de licitação definidas na Lei nº 8666/93, conforme o parágrafo 3º do mesmo artigo:

§ 3º *Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.*

Portanto, os estados não podem legislar sobre normas gerais de licitação - as da Lei nº 8666/93 - em face da competência privativa da união sobre essa matéria.

Bem versou José Afonso da Silva<sup>1</sup> ao asseverar a respeito dos estados:

*Veda-se-lhes implicitamente tudo que tenha sido enumerado apenas para a união e para os municípios. Assim, a matéria relacionada nos artigos 20, 21 e 22 explicitamente como de competência da união está implicitamente interdita aos estados.*

Desta forma o poder regulamentar dos estados, distrito federal e município em normas de licitação deve limitar-se à competência suplementar (ou complementar). Naquilo que a norma federal (norma geral) já preceituou, exauriu e esgotou, não terá lugar a competência suplementar.

Cabe observar o que Andyara Klopstock Sproesser estabeleceu:

*Desde logo, entendemos que, se a algum ente é dado suplementar, também lhe será possível complementar, até porque o conceito de suplementação é mais amplo, mais abrangente do que o conceito de complementação, de tal modo que quem pode suprir a falta, há de poder, por mais forte razão, completar os vazios da legislação. Aliás, os vazios são vazios porque algo neles não existe, e deve ser suprido, suplementado.*

Nesse diapasão, as regras criadas pela Lei Federal nº 8666/93 não podem ser alteradas; podem ser, sim, complementadas, o que é muito diferente.

Aos estados e municípios, como já foi dito, é facultado o poder regulamentar suplementar, ou seja, de regular aquilo que a lei federal foi omissa ou deixou a lacuna.

Uma vez que a Constituição Brasileira não permitiu, é inadmissível que estados e municípios venham a alterar as normas gerais, fazendo verdadeira intervenção cirúrgica e criando novas regras e leis desfiguradas.

Ressalta-se, entretanto, que nem tudo que está contido na Lei Federal nº 8666/93 pode ser considerado como uma norma geral, podendo esta lei também conter especificidades que seriam usadas pela união. Conforme nos ensina o professor Marçal Justen Filho, em seu livro “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Editora Dialética, 10ª edição, página 10, ano 2004:

*Lembre-se que negar uma disposição da lei nº 8666 a condição de “norma geral” não equivale a negar sua constitucionalidade. O dispositivo valerá como dis-*

1.in Curso de Direito Constitucional Positivo, 20ª ed., Malheiros, 2002, p. 600.

*posição específica no âmbito da união, liberando-se os demais entes federativos para disciplinar com autonomia a mesma matéria.*

### **O Projeto de Lei**

Preliminarmente vale mencionar que no âmbito do estado do Paraná, já existe uma lei estadual referente à licitações e contratos administrativos, porém, o projeto de lei ora em análise, pretende revogá-la, conforme estabelece o artigo 168.

Vale destacar que, subordinam-se as normas do projeto de lei, os mesmos entes administrativos estabelecidos na lei federal (8666/93), sendo assim não há nenhum empecilho no que determina a lei estadual. O projeto de lei mencionou expressamente quando é pertinente usá-la (obras, serviços, inclusive os de publicidade, compras, alienações e locações), então encontrou perfeita harmonia com as normas gerais estabelecidas pela legislação federal.

O artigo 1º, parágrafo 2º do projeto de lei em questão estabelece que empresas públicas ou sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, enquanto não for estabelecido o estatuto jurídico que se refere a Constituição Federal (artigo 173, parágrafo 1º), poderão editar regulamento próprio. Tal determinação encontra-se em perfeita consonância com o que estabelece o artigo 119 da lei federal.

*Art. 119. As sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela união e pelas entidades referidas no artigo anterior, editarão regulamentos próprios devidamente publicados, ficando sujeitas às disposições desta lei.*

Entretanto, se a lei não estabelecer o estatuto destas empresas e nem elas elaborarem seu regimento próprio, elas deverão se submeter à Lei de Licitações, conforme nos ensina José Torres Júnior, em seu livro “Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública”, 6ª edição, página 30, ano 2003:

*Todavia, à falta de regulamentação interna e enquanto não sobrevier lei especial, cada empresa pública e sociedade de economista mista deve sujeição, em suas licitações à Lei nº 8666/93.*

No caso em questão, deverão submeter-se à Lei Estadual de Licitações.

Quanto às modalidades de licitação, a lei estadual não inovou o ordenamento jurídico, reconhecendo 6 modalidades (concorrência, concurso, convite, leilão, pregão e tomada de preços). Embora a Lei Federal nº 8666/93 não mencione o pregão como uma modalidade, a Lei Federal nº 10520/02 inovou, incluindo o pregão como uma modalidade de procedimento licitatório.

Os casos de inexigibilidade de licitação (inviabilidade de competição) são exatamente os mesmo previstos na lei federal. Os casos de dispensa de licitação na lei federal e na lei estadual são basicamente os mesmos, sendo apenas suprimidas as hipóteses que são de inte-

resse específico da união, concorrendo aquilo de interesse do estado.

A autoridade competente para homologar resultado de procedimento licitatório continua sendo a mesma que é estabelecida, caso a caso, por decreto estadual.

O prazo para interpor recursos, em caso de revogação da licitação, continua sendo de 5 dias, conforme lei federal. Os casos de alteração do contrato, termos aditivos, são basicamente os mesmo estabelecidos na lei federal, sendo assim, o projeto de lei estadual não viola as normas gerais contidas na lei federal.

### **Conclusão**

Assim, o projeto ora em análise, normatizou em matéria de licitações e contratos de forma específica, objetiva e restrita, o que o identifica como sendo norma complementar (suplementar) à lei geral, em virtude das peculiaridades e da realidade do estado. Isso implica em dizer que o projeto, ao tornar-se lei, entrará para o mundo jurídico do ordenamento, pleno de eficácia e constitucionalidade, o que gera maior segurança, e em virtude de sua regulamentação, as contratações e licitações ganham maior clareza e objetividade, conforme exigem os princípios do Direito Público.

Ainda, o projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 095/98, bem como apresentou-se de modo a complementar as normas gerais, expedidas pela união, o que veio a garantir respaldo constitucional ao presente projeto.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 421/07

P A R E C E R :

A propositura sob análise estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do estado do Paraná.

Cabe dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais atinentes ao tema.

Visto o projeto sob a ótica financeira, pode ser percebido, seja pela Lei Complementar nº 101/00, seja por qualquer outra lei que seja correlata ao tema financeiro, que não existe óbice ao prosseguimento do presente projeto. Isto porque está se pormenorizado a questão de licitações no estado do Paraná, de modo algum implicando em aumento ou diminuição de receita, tampouco mudança nas finanças do estado do Paraná. Ora, além de tudo, está sendo respeitada a lei federal atinente ao tema.

No entanto, existe questão que precisa ser ressaltada neste ponto. Foi editada ano passado a Lei Complementar nº 123/06, que traz novo tratamento dado às

micro empresas e empresas de pequeno porte. E esta, no seu artigo 47, traz regra na qual pode ser dado, pelos estados, um tratamento diferenciado para estas empresas definidas acima. Leia-se a transcrição do artigo 47 da Lei Complementar:

*Art. 47. Nas contratações públicas da união, dos estados e dos municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.*

Este artigo deve ser tido como base para a compreensão de tratamento diferenciado, que deve ser dado às micro e empresas de pequeno porte. Cumpre dizer ainda que em outros artigos também são trazidas disposições sobre a possibilidade de tratamento favorecido para estas classes de empresas. Em sendo assim, é que se apresenta a emenda aditiva que segue como anexo. Esta providência, cabe dizer, é tomada por este Parlamentar para que sejam, de fato, beneficiadas as micro e empresas de pequeno porte no estado do Paraná, posto estas mereçam tal prestígio, por representarem grande parte das empresas em nosso país e mais, pela possibilidade trazida pela Lei Complementar nº 123/06, de âmbito federal, que asseverou que pode ser dado o tratamento que ora se busca.

Face ao exposto e respeitando os princípios constitucionais e legais, somos pela aprovação do presente projeto, com a adoção da emenda aditiva que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 421/07

Com fundamento no artigo 137, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, é que se propõe a presente emenda modificativa, passando o artigo 168 a contar com a seguinte redação, sendo renumerado o artigo 168 para 169:

“Art. 168. Nas contratações públicas do estado do Paraná poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma desta lei, ressaltado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no *caput*, a administração pública estadual poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresas ou de empresas de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para aquisição de bens e serviços de natureza divisível;

IV - O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil;

V - Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública estadual poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 2º Não se aplica o disposto no *caput* quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no edital licitatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regimentalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 169. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15340, de 22 de dezembro de 2006.”

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner, Antonio Belinati e Elton Welter.  
**Em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, primeiro, faço uma questão de ordem a V. Exa.: a Assembléia Legislativa, no ano passado, aprovou uma lei sobre licitações. Pergunto: a lei já foi revogada?



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Foi, sim senhor.

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**) (**Para Encaminhar**)

Está revogada. Então, atualmente, o estado do Paraná não tem uma lei que regulamenta, que estabelece normas sobre licitações. Somos favoráveis a esta lei, sem sombra de dúvida, embora esta mensagem já tenha parecer favorável da CCJ, da Comissão de Finanças - inclusive com uma emenda da Comissão de Finanças.

Consulto ao Líder do Governo, em relação àquela lei que aprovamos no ano passado. Ela introduz algumas alterações mais profundas ou praticamente são as mesmas ou apenas algumas alterações?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Esta lei revoga expressamente este projeto de lei, à Lei nº 15340. Como V. Exa. sabe, o Governador determinou à PGE uma reanálise desta Lei nº 15340, constando que ela não apresentava uma estrutura e redação suficientemente claras e capazes de proporcionar harmonia e perfeito ordenamento do texto, fato que poderia ensejar algum tipo de dificuldade de ordem prática, em prejuízo à perfeita exequibilidade da matéria. Assim, o resultado do reexame feito, recomenda que seja providenciada a melhor adequação de tal medida legal. Este novo teor proposto, basicamente, não modifica a substância da matéria, eis que pura e simplesmente confere texto mais preciso de redação mais objetiva e livre de interpretações que possam implicar em quaisquer dúvidas, evitando assim a ocorrência de riscos à plena, indiscutível e necessária obediência aos preceitos constitucionais e aos da legislação federal que regem este importante assunto.

Ou seja, quero ressaltar que a Lei nº 15340, de 22 de dezembro de 2006, ficará expressamente revogada, quando sancionado este Projeto de Lei nº 421, referido na Ordem do Dia, pelo Governador Roberto Requião. Ao mesmo tempo, há uma emenda proposta pelo Deputado Reni Pereira, em que havia nesta Casa tramitando um projeto de lei que tratava de privilegiar à micro e à empresa de pequeno porte, no nosso estado. A lei abre a possibilidade, ou seja, poderá o estado privilegiar, no procedimento licitatório, a micro e a empresa de pequeno porte.

Embora haja alguma dúvida sobre a questão da constitucionalidade, a emenda é oportuna e entendemos que como ela é aditiva ao projeto, abre esta possibilidade e nenhum prejuízo pode se verificar, muito pelo contrário, poderemos estar criando um instrumento para beneficiar a micro e a pequena empresa paranaense.

Por isso, encaminhamos também favoravelmente à emenda proposta pelo Deputado Reni Pereira, em há

acordo nosso sobre este tema, e penso que ele vai melhorar ainda, neste aspecto, esta lei.

Por isso, Sr. Presidente, faço estes esclarecimentos que foram aqui perguntados pelo nobre Líder dos Democratas desta Casa, o Deputado Elio Lino Rusch.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, antes de encaminhar, gostaria de perguntar se vai ser votado o projeto com a incorporação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Então, para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O projeto encaminhado pelo Governo, no mês de junho, traz a grande maioria dos dispositivos da Lei Geral das Licitações, a Lei nº 8666. Ocorre que o Governo encaminhou para esta Casa, Deputado Romanelli, no mês de junho, essa mensagem. E no dia 02 de julho entrou em vigor a Lei Complementar nº 123, que é a nova Lei Geral da Pequena e Micro Empresa. E nessa lei complementar federal diz que todos os entes federados poderão, não é uma obrigação, mas acredito que aqui no Paraná o Governador, ele pode até criar como um vínculo, até porque o Paraná sempre esteve na vanguarda, no que diz respeito à participação e à valorização da micro e pequena empresa, e esta Casa, e falo aqui, agora, não como Parlamentar, mas como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa, que foi constituída nesta Casa, e esta Casa tem esta comissão que assumiu o compromisso justamente de vigiar os interesses das micro e pequenas empresas no Paraná.

Nós não poderíamos, Deputado Romanelli, deixar despercebido este projeto, e colocamos, então eu vou relatar, até para que os Deputados, principalmente os Deputados do interior possam passar para as micro e pequenas empresas, que a partir da sanção deste projeto, o Governo do Estado do Paraná poderá, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80 mil, dedicar exclusivamente essas licitações às micro e pequenas empresas. E não está ferindo nenhuma lei, porque a lei complementar federal diz que ele pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta é a emenda da Comissão de Finanças?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

E o que nós tínhamos até o começo deste mês é que, se eventualmente o Governo abrisse uma licitação e colocasse no edital que era destinada à micro e pequena empresa, as empresas entrariam na Justiça. E agora, com o advento da Lei Complementar nº 123, o Governo pode, sim, fazer edital de licitação até R\$ 80 mil e dedicar, exclusivamente, à micro e pequena empresa, o que certamente vai baratear as obras e as contratações.

E mais 2 detalhes, aqueles em que o valor pode ser subcontratado ou então pode ser dividido, independente do valor, até se for mais de R\$ 80 mil, for 3, R\$ 4 milhões, até o limite de 30% do total licitado, o Governo também pode destinar da fração dessa licitação para as micro e pequenas empresas. E também um novo artigo, inciso, que acrescentamos, é que quando o Governo do Estado licitar alguma obra, e isso vale principalmente para a SANEPAR, Sr. Presidente, e aqui acho que os Deputados do interior sabem do que estou falando, é porque a SANEPAR, as empresas que ganham, geralmente subcontratam microempresas, depois recebem, e não pagam a subempreiteira. Então, com esse inciso que acrescentamos aqui, quando o Governo fizer uma licitação e o vencedor subcontratar micro e pequena empresa, essas micro e pequenas empresas podem receber diretamente do Governo, desde que demonstrem que elas foram subcontratadas e elas estão realizando o trabalho.

Então, isso é uma introdução que certamente vai ajudar as micro e pequenas empresas do Paraná. Aguardamos agora, não só a aprovação, mas principalmente, Deputado Romanelli, a sanção por parte do Governo para que as micro e pequenas empresas do Paraná possam participar desse milionário mercado das licitações públicas, que na maioria das vezes se sentiam à margem desse processo por não atenderem os requisitos legais. Agora, é a lei que vai favorecer com que elas possam participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação a 1ª discussão do Projeto de Lei nº 421/07. **Aprovado.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rinaldo Anciutti Caggiano. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 064/07, de 13/06/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 436/07

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, concede o título de Cidadão Benemé-

rito do Estado do Paraná ao Sr. Rinaldo Anciutti Caggiano.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ao cidadão benemérito no estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Quando à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Deputadas, Deputados, senhoras e senhores.

Queria pedir o voto de vocês, porque é uma votação nominal, para que façamos a concessão do título de Cidadão Benemérito do Paraná a Rinaldo Caggiano.

O Rinaldo Caggiano é um atleta e neste momento que temos o Pan sendo realizado no Brasil ele é um exemplo. Ele foi medalha de ouro no Pan-Americano de Winnipeg, no Canadá. É alguém que tem uma bonita história. A modalidade dele é judô, é professor de judô, formado em Educação Física, tem pós-graduação, hoje mora em Guarapuava - terra do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior e do Ribas Carli, pai e filho aqui, o Prefeito - ele hoje dá aula naquela colônia alemã de Entre Rios, em Guarapuava, na Colônia Vitória, é alguém que tem um bonito currículo, é alguém que foi campeão brasileiro várias vezes e no momento que vamos homenageá-lo vamos homenagear também o esporte do Paraná e ao Pan.

Por isto, peço a ajuda de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda, por gentileza, à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do projeto de lei do Deputado Stephanes Júnior, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Rinaldo Caggiano.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.**

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria fazer registro da visita de 3 Prefeitos a esta Casa, no dia de hoje: Prefeito de Vera Cruz do Oeste, Marcos Pescador; Prefeito em exercício Luiz Carlos, da cidade de Nova Laranjeiras e Prefeito Júnior, da cidade de Jesuítas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos a Casa, os Prefeitos.

Trinta e nove, Srs. Deputados responderam SIM.

**Está aprovado o projeto.**

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/07, que objetiva conferir, em conformidade com o preceito contido no artigo 27, inciso XVIII, da Constituição Estadual, à UEG Araucária Ltda., da qual a COPEL Empreendimentos S.A. e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL são sócias cotistas, o regime jurídico de Sociedade de Economia Mista. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 067/07, de 19/06/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 454/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, possui como fim conferir a UEG Araucária Ltda. o regime jurídico de Sociedade de Economia Mista.

##### Fundamentação

Inicialmente devemos analisar os preceitos constitucionais reguladores da matéria em tela, nesse sentido:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;*

*XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiários das entidades mencionadas no inciso anterior; assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;*

Bem como:

*Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

*§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços (...)*

Neste paradigma, observemos primeiramente que o presente projeto de lei vem tratar de descentralização do Poder Público, ou seja, conforme Maria Sylvia Zanello Di Pietro: *é a distribuição de competências de uma para outra pessoa física ou jurídica*. No presente caso, vemos que essa ocorre tendo em vista que o estado transfere atribuições a outrem para que execute as funções a ele, estado, cabíveis. Diante deste imbróglio, vemos que o legislador possui competência aferida para regular a matéria em tela.

No mesmo sentido, observemos que além dos preceitos constitucionais federais, a Carta Magna Estadual também autoriza a criação de sociedade cujo regime jurídico é de economia mista:

*Art. 27. A administração pública direta e indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do estado e dos municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:*

*XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

De igual modo, dentro do que confere a esta comissão, cumpre-nos obtemperar também que a legalidade do presente projeto está balizada junto ao argumento e respeito a princípios constitucionais que se refere à autorização para instituir Sociedade de Economia Mista de lei específica, pois como se viu na exposição dos artigos citados que todos trazem a exigência de que a exploração de atos de descentralização do Poder Estatal seja regulada em lei e esta venha a lhe conferir autorização.

Há que se ressaltar que a necessidade por autorização mediante legal passou a ser exigida a partir da emenda constitucional 019/98, uma vez que o processamento destes tipos de sociedades se faz por atos constitutivos do Poder Executivo com transcrição no Registro Público. Devemos também observar que a interpretação de criação não deve ser restrita só e tão somente a sua definição científica, pois conforme leciona Maria Sylvia Zanello Di Pietro: *“nem sempre a entidade surge, originariamente, da lei, podendo resultar da transformação de órgãos públicos ou de autarquias em empresas, ou da desapropriação de ações de sociedade privada, ou ainda da subscrição de ações de uma sociedade anônima já constituída por capital particular. O importante é que da lei resulte a clara intenção do estado de fazer da entidade instrumento de sua ação.”*

Requisito intrínseco de existência do presente projeto é a autorização legislativa, pois em contrário

senso o simples fato da sociedade ter controle acionário majoritário do estado faria com que esta se caracterizasse apenas como empresa estatal, não se admitindo que a mesma estivesse regulada pelo regime jurídico de sociedade de economia mista.

Por derradeiro, observamos que cumpre as exigências legais: criação autorizada em lei. Bem como o controle estatal abrangendo interno, pelo Poder Executivo e o externo, pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.

#### **Conclusão**

Com relação à técnica legislativa o presente projeto não encontra óbice quanto a Lei Complementar 095/98.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade opina-se pela aprovação, do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 454/07

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como escopo a criação de Empresa Pública, nos moldes do artigo 27, XVIII, alterando o regime jurídico da UEG Araucária Ltda. que é de direito privado, para regime jurídico de direito público, na modalidade Sociedade de Economia Mista, tendo em vista a existência de empresas públicas paranaenses como sócio cotistas.

Tendo em vista que o texto do projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público Estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, não demandando gastos imediatos e impacto certo aos cofres públicos. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Em votação.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vejam a que ponto nós chegamos! Srs. Deputados, se eu pudesse ter a atenção de V. Exas. ficaria grato. Se eu pudesse ter a atenção da imprensa ficaria mais grato ainda!

Não existe nada nesse mundo que confirme os atos de uma pessoa a não ser o tempo. O tempo serve para confirmar a veracidade dos nossos atos hoje ou serve para desmentir as pessoas no futuro. Pois bem, o que é que o estado do Paraná fez em 1998? Constituir a

UEG Araucária Ltda. e seu capital foi formado 60% da El Paso, 20% da Companhia Paranaense de Energia Elétrica e 20% da PETROBRAS. Pois bem, constituída a empresa UEG Araucária, que na verdade é uma termelétrica no estado do Paraná, levou 4 anos ou talvez um pouco mais, um pouco menos, para a sua conclusão. E aí, Presidente, que chamo a atenção de mim mesmo, porque quando levantamos essa questão aqui no Paraná e quando se falou no Brasil inteiro da falta de energia elétrica, todos deviam estar preocupados com duas coisas: o crescimento econômico do nosso país, não há crescimento econômico se não tivermos uma infraestrutura necessária para acompanhar esse ritmo.

O Paraná, em 1998 constituiu a termelétrica, ou seja, a UEG Araucária. O que veio em 2002? A eleição para Governo do Estado. Em 2003, Roberto Requião assume o estado do Paraná. Vocês lembram o que o Roberto Requião falou em 2003? Que a UEG era uma bomba e podia explodir a qualquer momento. Vejam, Srs. Parlamentares, palavras não do Elio Rusch, palavras do Governador Roberto Requião: "A UEG é uma bomba e pode explodir a qualquer momento".

Pois bem, todos nós conhecemos o Governador Roberto Requião, rompe contrato unilateralmente. E a El Paso, que tinha 60% das ações, entra com uma Ação na Câmara Arbitral lá em Paris, na França, e quando estava prestes para ser julgado e o Paraná, Deputado Marcelo Rangel, e quando falo Paraná falo a COPEL junto, iria ser condenado a uma indenização de US\$ 850 milhões. O Governo do Paraná, para se ver livre dessa ação no ano passado ou agora no início do ano, compra as ações da El Paso, paga R\$ 500. Dinheiro que poderia ser usado para a segurança, para a saúde e para a infra estrutura no estado do Paraná. O estado do Paraná compra as ações da El Paso para ter a maioria das ações. Somando com os 20% que ele tinha da COPEL, mais de 60%, tem 80% das ações.

E vale dizer aqui, que esses 60% das ações, Deputado Luiz Accorsi, que pertencia a El Paso, após 20 anos de operação da UEG Araucária viriam de graça para o estado do Paraná. Mas o Governador Roberto Requião preferiu então, em 2003, dizer que era uma bomba relógio, que podia explodir a qualquer momento, rompeu o contrato e para não pagarmos a indenização tiramos dinheiro da saúde, da segurança para comprar essas ações. Pois bem, o que aconteceu? O Governador do Estado do Paraná comprou as ações e agora, Srs. Deputados, ele pede para transformar a UEG Araucária numa Sociedade de Economia Mista. O que quer dizer isso? Não sou economista. Não, não sou, mas entendo um pouco da lei, Deputado Romanelli. O Governo do Estado transforma a UEG/Araucária Ltda., que era uma bomba-relógio, numa empresa de economia mista. O que quer dizer isso? Se eu estou errado, me corrijam por favor. Economia Mista? Ele vende as ações, abre as ações para o mercado, coloca as ações na Bolsa, podem ser comercializadas e o que quer dizer isso? Automaticamente não

deixa de ser uma privatização. Ele vende as ações e se é pessoa física ou pessoa jurídica de capital privado, o que estou fazendo? Eu estou comprando ações de uma empresa pública. Automaticamente estou participando como sócio de uma empresa que é do Governo do Estado.

Veja, Sr. Presidente, onde nós chegamos! Aí é que eu digo, só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: o tempo. O Sr. Roberto Requião que disse que a UEG/Araucária Ltda. era uma bomba-relógio que podia explodir a qualquer momento, primeiro, nós gastamos R\$ 500 milhões para comprar as ações da El Paso, mas para continuar como uma Ltda. Agora não. O Governo do Estado transforma uma Ltda. numa Economia Mista, transforma o seu capital em ações e começa a comercializar as suas ações.

Agora, será que nós vamos aprovar essa lei assim e vai passar despercebido pela sociedade do Paraná? Não. Não pode ser assim. Não que sejamos contra, mas ficamos em dúvida muitas vezes: o que é que o Governo do Estado efetivamente quer fazer com a economia do Estado? O que é que o Governo do Estado quer fazer com a infra-estrutura que precisamos dotar o nosso estado? Não adianta nós buscarmos capital estrangeiro, fazer com que as pessoas invistam no Paraná, se nós, por outro lado, estamos expulsando o capital, se estamos condenando as empresas, a exemplo daquilo que acontece com o porto de Paranaguá, daquilo que acontece com os transgênicos e com tantos setores da economia do nosso estado.

É lógico, Deputado Romanelli, que a COPEL é uma empresa altamente capaz. A COPEL é exemplo, é referência de uma Companhia de Energia no nosso Brasil. Por que a COPEL está tão bem situada hoje? Porque o povo do Paraná, a sociedade do Paraná a construiu e alguém poderia dizer: “Eu estou me antecipando” ou “mas queriam privatizar a COPEL...”. É, queriam privatizar a COPEL! Queriam privatizar a COPEL, mas quem condena a privatização, transforma a Ltda. em S/A Economia Mista? O que quer dizer isso? Ou compra ações, compra capital do Governo. Na UEG é Ltda., que agora vai ser uma S/A, uma Empresa de Economia Mista!

Então, eu quero dizer, eu faço de uma forma e ajo diferente! Não que sejamos contra, nós precisamos, sim, capitalizar cada vez mais as nossas empresas, sejam elas estatais ou não, porque eu li uma reportagem e não lembro qual economista que disse uma vez: “Se o Brasil crescer 5% num ano, daqui a 2 anos nós teremos falta de energia”. Ouvi hoje um comentarista, na CBN, que disse que “O Brasil, daqui a 2 anos, vai ser deficitário, vão faltar recursos anunciados pelo Governo do Estado pelo PAC no investimento dos portos. Os portos já estão saturados. Isso é de competência do Governo Federal, mas junto com os Governos Estaduais.

Por essa razão, Deputado Romanelli, tinha que fazer esse registro. Não dá para deixar passar em branco. O Governador Roberto Requião, e não vamos confundir “alhos com bugalhos”, disse em 2003 que a UEG Araucária era uma bomba relógio que podia explodir a

qualquer momento. Comprou 60% da El Paso que vinha de graça para o Paraná, 500 milhões que poderiam ser investidos na segurança e na saúde. E agora manda uma mensagem para a Assembléia transformando a Ltda. numa S/A, transformando o seu capital em ações que podem ser comercializadas.

Esse é o registro que eu, como Deputado simples do interior do Paraná, mas não poderia deixar passar em branco. Que faça parte dos Anais dessa Assembléia, porque o futuro só a Deus pertence. Mas o futuro serve para confirmar a veracidade ou mesmo desmentir as pessoas.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu prestava atenção ao pronunciamento do Deputado Elio Rusch, que aliás tem estudado alguns assuntos muito interessantes. E quando não estamos bem a par do assunto, acho que o importante é ouvir. E ouvir atentamente o seu pronunciamento. E me lembrava, Deputado, e V. Exa. tem razão, lembro-me que na posse do Governador Roberto Requião, o Governador disse exatamente aqui que essa usina era criminosa, era uma bomba. Citou em vários momentos que essa usina tinha sido o pior negócio que o Paraná tinha feito.

Lembro-me porque a minha memória ainda está boa. Lembro porque fiquei aqui prestando atenção quando V. Exa. fez aquela comparação com a venda da COPEL, que os estudantes estiveram, subiram em cima das mesas, quebraram a Assembléia e o próprio Governo que está aí não deixou vender a COPEL, porque entendia que a venda da COPEL era ruim e está provado que era ruim. E de repente nós nos deparamos com o Deputado Elio Rusch, que naquela época era favorável à venda da COPEL, hoje reclamar que o Governo quer fazer a mesma coisa em relação a venda dessa Instituição, que foi comprada, segundo o Deputado Elio Rusch, em 20 anos viria de graça para o Estado.

Mas daí pergunto aos senhores: nós vamos nos calar quando ouvimos aqui um Deputado estudioso dizer que o estado do Paraná comprou uma usina, uma energia que era nossa, que seria de graça, pagamos com o dinheiro que falta, bem lembrado pelo Deputado Elio Rusch, para a saúde, que falta para as UTIs, que falta para a geração de emprego, hoje falta dinheiro para um monte de coisas! E aí nós, de repente, pagamos 500 milhões nessa usina, que segundo eu ouvi outro dia na imprensa, já está dando lucro. Estamos vendendo energia para a Argentina. Ou vamos vender, se não me falha a memória, que é um negócio da China. E agora, por ser um negócio da China, que antes era uma bomba, nós vamos vender esta usina?

Então, quero entender, Deputado Romanelli, eu gostaria que V. Exa. me convencesse a votar a favor deste projeto, porque aquele negócio da COPEL, aquilo foi algo histórico neste Paraná. A venda da COPEL foi um dos momentos mais dramáticos deste Paraná e desta Casa. E estavam certos os movimentos populares, estavam certos os Deputados da Oposição, que naquele

momento brigavam por não privatizar a nossa COPEL. O resultado está aí: a COPEL, ao que tudo indicam os números, é uma das grandes empresas de energia do país, uma das mais importantes.

E, de repente, nós percebemos que temos uma usina que é nossa, que tivemos que comprar, que segundo a denúncia do Deputado Elio Rusch, eu diria, Sr. Presidente, que esta denúncia é a denúncia mais terrível, mais horrível, deste Parlamento. O Deputado Elio Rusch diz, aqui, deixa gravado nos Anais desta Casa que o estado do Paraná comprou algo que era dele! Comprou uma usina de 500 milhões, que em 20 anos seria do Paraná. Gastou o dinheiro que está fazendo falta, hoje, em alguns lugares.

Eu perguntaria ao Deputado Romanelli: estes 500 milhões já foram pagos? Como foram pagos estes 500 milhões? Daonde saíram estes 500 milhões que o estado do Paraná pagou a esta empresa, a El Paso, para ficar proprietário de 80% das ações desta termelétrica aqui de Araucária? Como pagamos estes 500 milhões? É verdade o que disse o Deputado Elio Rusch, de que esta usina seria nossa daqui 20 anos, sem nenhum tipo de pagamento? Não existe uma improbidade administrativa nisto, Srs. Deputados? Não existe um mal direcionamento do dinheiro público, quando alguém compra algo que já é nosso?

Eu estou ouvindo as palavras de um Deputado experiente, estudioso, que é o Deputado Elio Rusch, que diz, aqui, que nós compramos o que era nosso. E eu me lembro que o Governador Roberto Requião fez vários discursos a respeito desta termelétrica, dizendo que era a maior bomba feita pelo Governo Lerner.

Eu quero informações. Eu só vou votar esta matéria, Deputado Romanelli, se V. Exa. me convencer, porque eu não estou aqui para votar como a COPEL iria ser vendida, lá atrás, e que gerou aquela polêmica. E por que o estado está querendo vender, agora, as ações? Está querendo recuperar o dinheiro que gastou, é isto? Quer buscar o dinheiro de novo? Mas, foi feito um estudo que determina que esta usina vai dar lucro, de agora em diante? E se ela for dar lucro, nos interessa vendê-la, já que somos favoráveis a não privatização? Pelo menos este tem sido o discurso do Governador, que não é favorável à privatização; e agora, o Governador vai vender?

Então, eu gostaria, Deputado Romanelli, de saber: esta empresa não vai dar lucro de agora em diante? Está dando lucro? Nos interessa vender? As ações desta empresa serão vendidas aonde? Nós já pagamos estes 500 milhões ou vamos pagar parcelado?

Então, eu gostaria, Deputado Romanelli, que V. Exa. encaminhasse muito bem, porque dependendo do seu encaminhamento, se eu não estiver convencido, se V. Exa. não me convencer, eu vou ficar atento para marcar tudo o que V. Exa. falar, porque o Deputado Elio Rusch me colocou uma pulga atrás da orelha. Primeiro, diz que em 20 anos a usina seria nossa, que nós pagamos 500 milhões.

Deputado Reni, V. Exa. que é estudioso dos números, de onde vieram esses 500 milhões? Saíram de onde? De que lugar saiu esse dinheiro? Já foi pago?

Eu não sei! Quero saber e quero estar convencido que posso votar o que é bom para o Paraná. Não posso votar algo que fará mal ao nosso estado. Não posso autorizar a venda de uma empresa que vai começar a dar lucro. Eu não posso! O estado está com o caixa baixo e precisa de dinheiro e agora vamos vender a nossa “galinha dos ovos de ouro”, hoje ou vamos entregá-la porque ela é uma bomba mesmo, o Governador tinha razão, errou lá atrás, suspendeu um contrato, teve que comprar rapidinho e quer recuperar o dinheiro. Então, esse é o meu posicionamento, Sr. Presidente, e gostaria muito de ouvir o nosso grande Romanelli para nos convencer em relação ao que disse o Elio Rusch.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

**(Assentimento)**

Gostaria muito de ter essa capacidade de convencer o Deputado Jocelito!

Primeiro quero dizer que a semiótica é uma disciplina que procura explicar a forma com que a comunicação é reproduzida e entendida pelas pessoas. Vi o Deputado Elio Rusch subir na tribuna, falar uma coisa e o Deputado Jocelito entender outra. Deputado Jocelito, quero em primeiro lugar dizer que a Lei Estadual nº 15129, de 24 de maio de 2006, ou seja, quando V. Exa. era Deputado e aqui nesta Casa com os demais Pares votaram a lei que autorizou o Poder Executivo a adquirir a totalidade das cotas de capital da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda. detidas pela Aquararine Power Holding e El Paso Energia do Brasil S/A, o que se deu por meio da COPEL Participações S/A e em ato contínuo procedeu-se a alteração da denominação social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda. para COPEL Empreendimentos Ltda. E o que aconteceu, Excelência?

Porque aquela empresa que V. Exas. aqui se referiram, que era a empresa que iria explodir, nunca disse o Governador que a empresa iria explodir. Vou repetir aqui! O Governador disse que a ciclagem da UEG de Araucária, da forma como ela foi fabricada, por isso que ela tem que vender energia específica para a Argentina ou outro país, porque se você ligar a UEG Araucária diretamente no sistema elétrico brasileiro, em função da ciclagem, corre o risco de desarmar todo o sistema elétrico por ser ciclagem diferente da reciclagem que é usada no nosso país. E o que estamos votando aqui, Exa.? Isso que quero chamar a atenção!

Nós estamos, única e exclusivamente, transformando uma empresa Ltda. em S/A. Vamos transformar e não vai ser ao contrário, inclusive, do que tem um parecer equivocadamente escrito aqui. Nós não vamos transformar a UEG em uma empresa jurídica com personalidade

jurídica de direito público. Não. Ela vai continuar sendo privada. É uma sociedade de economia mista que é composta pelos capitais em 80% da COPEL e 20% da PETROBRAS, a Petróleo Brasileiro. A empresa não vai abrir o seu capital. A empresa continua uma sociedade de economia mista de capital fechado, onde as participações da COPEL controla 80% e 20% é da PETROBRAS. E por que a usina da UEG foi viabilizada?

Justamente pela parceria com a PETROBRAS, que garantiu o fornecimento do gás que essa usina tem que utilizar e não aquele gás que seria o gás boliviano e que teria que ter um outro processamento. Por isso a UEG pode, sim, funcionar na forma com que está concebida essa usina.

Então, o que estamos fazendo hoje aqui é complementando aquilo que foi feito, Deputado Jocelito, por esta Casa. Nós estamos, simplesmente, transformando um empresa e empresa estatal não pode ter natureza jurídica de ser empresa de sociedade por cotas limitadas. Não pode ser. Por isso, Deputado Elio Rusch, que estamos transformando-a em uma sociedade anônima, onde o estado terá uma participação majoritária. Todo processo de negociação da compra dessa usina da El Paso foi autorizado por esta Casa. Foi um bom negócio feito pelo Paraná e que, certamente, dará resultados.

Quero dizer, Deputado Elio Rusch, que quem dizia que a COPEL não tinha solução, que a COPEL não aguentaria a competitividade do mercado era o ex-Governador Jaime Lerner. Ele dizia que a COPEL tinha que ser privatizada por conta da competitividade do mercado. Está aí demonstrado que ele estava errado e era equivocada aquela afirmação de S. Exa. o ex-Governador. A COPEL está cada vez mais forte. É uma empresa eficiente.

No próximo dia 31, o Governador Requião estará em Nova Iorque para poder, mais uma vez, ganhar um prêmio da Bolsa de Nova Iorque, dos acionistas minoritários, por conta dos excelentes resultados alcançados pela boa gestão. Olha, considerando que estamos aqui no Paraná com a menor tarifa de energia do Brasil, que está beneficiando tantos consumidores privados, quanto às empresas paranenses.

Por isso, essa lei é importante ser votada por conta de que é a adequação da COPEL Empreendimentos, readeguando-a para ser uma sociedade anônima de capital fechado. Não vamos vender nenhuma ação da COPEL Empreendimentos S.A.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a discussão. Em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, só para dizer que nós votamos favorável, como nós encaminhamos, só para deixar claro, também, que aqui no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso II diz: “a sujeição do regime jurídico próprio das empresas privadas.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 460/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, que altera a Lei Complementar nº 108/05, que trata da contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos Órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. SEM PARECER.(Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em **Projetos de Lei Complementar**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 460/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 108/05, que regulamenta a contratação de pessoal por tempo determinado nos Órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

#### Legitimidade e Legalidade

A nossa Constituição Estadual, admite, em casos excepcionais a admissão de servidores públicos por tempo determinado, estabelecendo que lei complementar definirá e estabelecerá os casos em que serão permitidas tais contratações. Assim determina o artigo 27, IX:

*“Art. 27. A Administração Pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do estado e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação e também os seguintes:*

*(...)*

*IX - lei complementar estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, atendidos os seguintes princípios.”* (grifo nosso)

Nesse contexto, foi editada, no Estado do Paraná, a Lei Complementar nº 108/05, que visa regulamentar a contratação de pessoal por tempo determinado no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

O presente projeto de lei objetiva modificar alguns dispositivos da lei supracitada, permitindo que haja a prorrogação dos contratos por prazo determinado, o que é vedado na atual redação da Lei Complementar nº 108/05.

A Constituição do Estado do Paraná determina:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta,*

*autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice em relação à Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

O projeto de lei em questão é constitucional e legal.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Há parecer favorável da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, é o item 10? Ele está sem parecer, não é?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Parecer favorável da CCJ, só não tem o parecer da Comissão de Finanças, a quem nós solicitamos ao Deputado Péricles que faça a leitura do parecer da Comissão de Finanças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Só para informar que o Relator na CCJ deu parecer favorável. Foi o Deputado Douglas Fabrício e aqui na Ordem do Dia está constando sem parecer, mas existe parecer favorável...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parecer favorável da CCJ!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas aqui na Ordem do Dia está constando sem parecer, mas o parecer foi favorável do Deputado Douglas Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há um equívoco da gráfica, mas o parecer é favorável da CCJ.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, como o Deputado Romanelli fez uma consideração importante do assunto anterior, queria perguntar a V. Exa.: essas matérias que estão, hoje, aqui na Sessão Extraordinária, entrarão em 2ª discussão ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu vou colocar uma emenda em 2ª discussão neste caso da UEG, acho que me permite o regimento, para que aquilo que o Deputado Romanelli coloca aqui possa ser

feito por esta Casa, porque o estado não poderá vender ações ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas em 2ª discussão V. Exa. poderá apresentar a emenda.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passo a ler o parecer da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 460/07.

**(Lê):**

“COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS  
PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS AO  
PROJETO DE LEI Nº 460/07

**EMENTA:** Altera a Lei Complementar nº 108/05, que trata da contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Autores: Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Professor Luizão.

Relator: Deputado Péricles de Mello.

**Relatório**

O presente projeto de lei foi apresentado com a finalidade de alterar a Lei Complementar nº 108/05, no intuito de permitir que a Administração Pública, diante de eventuais dificuldades, possa, contratar funcionários temporários sem a necessidade da realização de concurso público.

A eventual nulidade dos contratos, já firmados no período de julho de 2006 e março de 2007, resultaria em problemas financeiros para o estado do Paraná, motivo pela qual a regularização dos mesmos atende aos interesses do erário público.

No que concerne a competência desta comissão, o projeto apresentado pelos Srs. Deputados, não trará consequências negativas para as contas estaduais, razão pela qual não existe motivo que levem a sua não aceitação.

A carência de funcionários, sofrida pelo estado do Paraná, em determinados momentos, resultantes de aposentadorias, demissões voluntárias e outras causas, exige, para a própria preservação das finanças estaduais, a existência de semelhante legislação.

É o relatório.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação a 1ª discussão do Projeto de Lei Complementar nº 460/07.



O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o objetivo do projeto é resolver uma situação emergencial, que está preocupando as escolas estaduais, de nível fundamental e médio e as universidades, as instituições de ensino superior do estado do Paraná. Porque a Lei nº 108, de 2005, impede que após 2 anos trabalhados em uma escola, em um colégio, enfim, ter celebrado um contrato com o estado, que o servidor, o profissional, seja novamente contratado. Ele deverá aguardar 2 anos, para novamente ser contratado, então, está causando problemas. É evidente, que ainda temos muitos profissionais contratados em regime temporário. Isso deverá ser diminuído com a realização de concurso público, para suprir estas vagas. Mas necessariamente vamos continuar tendo a necessidade de ter contratos temporários, para suprir aquelas situações, nas quais o servidor concursado vai pedir licença para tratamento de saúde, licença especial, licença sem vencimento, aposentadoria, enfim, são diversas situações que exigem contratos temporários.

Hoje, a situação se complica, porque temos vários profissionais que está vencendo os seus 2 anos de contrato trabalhando para o estado. A maioria deles são profissionais formados, com curso superior. Se estes profissionais não puderem ser contratados novamente, realizarem um novo contrato, a Secretaria da Educação deverá contratar pessoas para suprirem aquelas vagas e, provavelmente, contratará pessoas sem a devida formação. Estaríamos resolvendo um problema em todo o estado do Paraná, que se apresenta de imediato.

Quero agradecer o Deputado Douglas Fabrício, que foi Relator da Comissão de Constituição e Justiça, que deu o seu parecer favorável, aos demais Deputados que aprovaram o parecer. Também dizer que a APP-Sindicato, representada, aqui, pelo José Lemos, como Presidente, participou ativamente desta discussão junto à Secretaria da Educação e com o Secretário Maurício Requião, contribuindo na elaboração de uma proposta de como poderíamos resolver esta situação, que será resolvida, agora, eu acredito, com a aprovação desta lei, para a qual peço o apoio dos demais Deputados desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Pelo que entendo o prazo máximo é de 2 anos, o governo tem que contratar. Consulto a Liderança do Governo, porque ele altera a legislação. Mas parece-me que não pode ultrapassar os 2 anos, porque conforme a lei que estamos alterando, agora, diz que ele pode contratar

tantas quantas necessárias forem, desde que não ultrapassem os 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só para poder esclarecer que esse tema é um tema importante, e o Deputado Professor Luizão já foi muito claro no que disse, mas é importante ressaltar o seguinte: esta Casa votou a Lei Complementar nº 108 e acabou estabelecendo uma quarentena de 2 anos. O que tem ocorrido é que nós não vamos conseguir suprir, não estamos conseguindo suprir com profissionais que têm um contrato temporário, especialmente os professores, tanto os do ensino fundamental e médio, e claro, das faculdades isoladas, principalmente, sem que haja esse interregno, ou seja, essa quarentena de 2 anos, que é a interpretação, aliás, que é o que a lei diz expressamente.

Com essa supressão vai se abrir a possibilidade que se faça um novo processo seletivo simplificado, o teste de seleção continua obrigatório, nós não vamos suprimir, não vamos prorrogar absolutamente nada, nenhuma ilegalidade está se fazendo. Claro, o desejável é ter o necessário concurso público, mas é uma forma, e quem já esteve na administração pública sabe que nós temos situações muito específicas, algumas cidades e localidades que não são atendidas e que nós temos que ter solução.

Por isso que esta lei, proposta por mim e pelo Deputado Luizão, é justamente um instrumento, é uma ferramenta para que possamos encontrar uma solução para ter os contratos temporários, sem que eles se tornem uma regra, não é essa a intenção. Mas, é uma forma, de fato, de adequar a realidade do nosso mercado de trabalho que temos e, efetivamente, por conta de muitas cidades, especialmente onde temos as faculdades isoladas e as unidades do ensino da rede pública estadual, que são muitas vezes atendidas pelos chamados professores PSS.

Por isso que é importante aprovarmos esta lei, aqui, para termos um novo instrumento para regular esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação. Agora, sim, 1ª discussão do Projeto de Lei Complementar nº 460/07.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado por unanimidade.**

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 460/07

P A R E C E R :

Cumprindo determinação do Plenário desta Casa de Leis, esta Comissão Geral, constituída por deliberação da maioria dos membros da Assembléia, com fundamentos

no artigo 107, do Regimento Interno, passa através de seu Relator nomeado, a proceder à análise da proposição de autoria dos nobres Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, proposição esta que possui a intenção legislativa de alterar a Lei Complementar nº 108/05, tratando da contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

No histórico processual legislativo da proposição, acompanham parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, que exercendo suas atribuições regimentais, manifestou-se favoravelmente à matéria, nada encontrando que constitucionalmente, legalmente ou regimentalmente possa obstar o seguimento da tramitação do processo legislativo.

Esta Comissão Geral tem o cunho de posicionar-se frente à matéria, em nome das Comissões Temáticas Permanentes que analisam o mérito e oportunidade legislativa, mas se manifesta principalmente no que tange ao exame dos aspectos financeiros e orçamentários da questão em epígrafe.

Observado o mérito da intenção legislativa, concluímos que a mesma funda-se em relevante estado de necessidade e de interesse público, para que possam ser realizadas tais contratações de pessoal temporário no serviço público.

Convém salientar que não podemos encontrar óbices de natureza financeira, quando se trata de matéria de relevante necessidade para o estado, pois todo o esforço do Tesouro do Estado, deve sempre ser norteado para atendimento das prioridades do interesse público.

Nestas condições, entendendo que a intenção legislativa é a de possibilitar à Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, meio exequível para cumprir suas atividades, sem estar vinculado ao instituto do concurso público, para atender situações de relevante estado de necessidade do interesse público.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente à proposição, recomendando ao douto Plenário desta Assembléia a aprovação do projeto de lei complementar.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/07. Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Mensagens).

Em votação.

Solicito ao Deputado Caíto Quintana que, por gentileza, proceda o relatório ou o parecer da CCJ.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 467/07  
ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 022/07

Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ.

Autor: Poder Executivo

### Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, compreendendo no seu âmbito de atuação as atividades concernentes a organização, o desenvolvimento e a articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e o exercício de outras atividades correlatas.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente *aos superiores interesses públicos, eis que dará à nova Secretaria de Estado, que passa a ter a denominação de Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, campo de ação mais amplo e compatível com as reais necessidades desse importantíssimo setor essencial. A conveniência e oportunidade no sentido da adoção da medida em causa ficaram constatadas no resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, e da atual Secretaria de Estado da Criança - SECR, cujas conclusões foram por mim acolhidas, tendo em vista que, além dos aspectos de simplificação e maior eficiência administrativa, terá implantação sem aumento de despesas para o erário, pois, no que respeita aos cargos de provimento em comissão, não há criação de novos, mas, tão somente, relocação e nomenclatura de cargos já existentes.*

É o relatório.

### Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator”

Sr. Presidente, pelo que nos cabe na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei acima é de autoria do Poder Executivo e estabelece a alteração da denominação de uma Secretaria, que é a Secretaria da Criança, que passa a se chamar Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, compreendendo no seu âmbito de atuações e atividades concernentes à instituição, o desenvolvimento e a articulação da política estadual e de defesa dos direitos da criança e dos adolescentes e o exercício de outras atividades.

O presente projeto, Sr. Presidente, na questão de constitucionalidade é de autoria do Poder Executivo, portanto, nada impede a sua tramitação normal. E o meu voto é quanto ao aspecto sobre os quais deve essa comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão estabelecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito a competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade. Meu parecer é favorável ao presente projeto de lei.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. solicitasse que o 1º Secretário da Casa, quem V. Exa. designar, pudesse fazer a leitura do projeto de lei, porque me parece que no bojo há a criação de cargos comissionados. Eu quero sanar essa dúvida. Como está em Comissão Geral, a única forma, efetivamente, é a leitura do projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para justificar ao Deputado Durval Amaral que a mim cabe o parecer pela constitucionalidade. A Comissão de Finanças dará o parecer a respeito...

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Não, perfeitamente, não estou discutindo a constitucionalidade, nobre Deputado Caíto, em hipótese alguma, mas só para que eu tenha consciência efetivamente se há ou não essa criação, eu gostaria que fosse feita a leitura, se o Presidente assim entender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Realmente, Deputado Durval, o projeto é longo, nós temos 10 artigo com seus parágrafos e ele está devidamente publicado.

Eu quero crer que V. Exas. têm aí na Ordem do Dia a publicação na íntegra.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, também, lógico, nós não recebemos o projeto antes. Eu faço parte também da Comissão de Finanças, mas se nós pudéssemos fazer a leitura...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos proceder a leitura, então.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para que proceda a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
(**Procede a leitura do Projeto de Lei nº 467/07**)

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Gostaria de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer. Nós já votamos o parecer da CCJ. Aí o Deputado Durval Amaral solicitou a leitura. O projeto ainda não está em votação. Agora temos que votar o parecer de finanças. Aí sim, depois V. Exa. poderá encaminhar. Solicito ao Sr. Deputado Stephanes Júnior que leia o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

(**Lê**):

“COMISSÃO GERAL DE PLÊNARIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS  
AO PROJETO DE LEI Nº 467/07  
ORIUNDO DA MENSAGEM 022/07

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º que fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, compreendendo no seu âmbito de atuação as atividades concernentes a organização, o desenvolvimento e a articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e o exercício de outras atividades correlatas.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância pois a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, terá campo de ação mais amplo e compatível com as reais necessidades desse importantíssimo e essencial. A conveniência e oportunidade no sentido da adoção da medida em causa ficam constatadas no resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e da atual Secretaria de Estado da Criança - SECR, tendo em vista que, *além dos aspectos de simplificação e maior eficiência administrativa, terá implantação sem aumento de despesas para o erário, pois, no que diz respeito aos cargos de provimento em comissão, não há criação de novos, mas, tão somente, relocação e nomenclatura de cargos já existentes.*

É o relatório.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR - Relator”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o parecer do relator da Comissão de Finanças.

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

**(Para Encaminhar)**

Agradeço ao 1º Secretário pelo fato de ter feito a leitura e à nossa assessoria, através da Dra. Lúcia que fez um rápido apanhado, a soma dos cargos que existiram e que foram transformados agora. Em valores não altera nada. Foi um rápido cálculo que nós fizemos. Também o número de cargos que foram transformados, alguma simbologia, alguns símbolos aumentaram, outros diminuíram, mas, no final, os valores são todos os mesmos. Só queremos, para que fique registrado, também lembrar que quando nós votamos, no início do ano, a extinção da FUNDEPAR, do DECOM, já alertávamos naquela oportunidade, que nós estávamos extinguindo alguns órgãos do Governo, mas não estávamos extinguindo os cargos, o que efetivamente não aconteceu. Comprova-se mais uma vez que aquilo que nós, da Oposição, levantamos em janeiro, se confirma mais uma vez nessa matéria que estamos votando agora, com um agravante. Quando nós extinguímos a FUNDEPAR, o DECOM, o Governo do Estado, naquela ocasião, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esqueceu de enviar também, porque extinguindo as entidades ou as empresas estatais, ele esqueceu, naquela oportunidade, de transferir os seus bens para as devidas Secretarias.

Está fazendo agora também, Deputado Romanelli, através dessa mensagem que está sendo enviada. Só para deixar registrado que quando levantamos algumas dúvidas, elas têm procedência. Muitas vezes algumas pessoas entendem que os Deputados da Oposição só fazem oposição pelo bel-prazer de fazer oposição. Não. O que questionamos, é com fundamento. Muitas vezes nós podemos até estar errados, mas isso que eu disse aqui da tribuna, em relação a UEG Araucária, agora também se confirma com aquilo que nós no começo do ano, a questão da FUNDEPAR, do DECOM, é que fizeram muito rápido essa transformação dessas entidades e agora tem que ser feito, corrigido através de outras leis. Dizer que mais uma vez o tempo foi a favor da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto.

**Aprovado.**

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/07, que objetiva alterar a redação do artigo 11, da Lei nº 5515/67 e autorizar a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessa-

dos em aderir ao Programa de Irrigação Noturna. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 076/07, de 03/07/07, em Mensagens).

Solicito ao Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida para que proceda a leitura do parecer da CCJ.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

**(Lê):**

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO  
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO  
PROJETO DE LEI Nº 478/07  
MENSAGEM 023/07

Altera a redação do artigo 11, da Lei nº 5515/67 e autorizar a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para Instituições Financeiras, sob a modalidade de equalização de Taxas de Juros em Operações de Crédito para Interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### **I - Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º (autoriza) a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna - PIN, na forma estabelecida em ato específico.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente *a fazer com que os beneficiários das linhas de crédito na modalidade PRONAF possam incrementar suas atividades com a implantação de sistemas de irrigação, beneficiando-se com a tarifa reduzida de energia elétrica.*

*Exemplificativamente, teríamos que, o interessado em financiar os equipamentos necessários destinados a irrigação, possa efetivar a contratação do crédito pela modalidade PRONAF, sendo que, somente arcará com juros da ordem de 1% ao ano, sendo que, o excedente em relação aos juros será equalizados pelo estado do Paraná com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, através de concessão de subsídios econômicos.*

*Diz, ainda, o público alvo a ser atingido pela medida proposta está diversificado em variados segmentos do setor produtivo do estado do Paraná. Subsidiar os juros do empréstimo destinado à aquisição de implementos, com vistas a contribuir para a expansão e a dinâmica da agricultura familiar, em todos os segmentos da exploração agropecuária é de suma importância social e econômica.*

É o relatório.

**II - Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**III - Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao Deputado Kielse Cecer da Comissão de Finanças.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS  
AO PROJETO DE LEI Nº 478/07  
MENSAGEM 023/07

Altera a redação do artigo 11, da Lei nº 5515/67 e autorizaR a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para Instituições Financeiras, sob a modalidade de equalização de Taxas de Juros em Operações de Crédito para Interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Cleiton Kielse.

**I - Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturno - PIN, na forma estabelecida em ato específico.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância a ampliação de oportunidades dentro das propriedades de base familiar, com a implantação de novas tecnologias, especialmente no que tange a uma mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades, o que certamente deverá contribuir para a melhoria da atividade, aumento da produtividade e

conseqüentemente da renda familiar, com redução de custos e o crescimento da atividade agropecuária, fixando o produtor familiar na atividade e evitando o êxodo rural.

É o relatório.

**II - Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CLEITON KIELSE”

Nosso parecer é favorável a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças exarado pelo Deputado Kielse.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão.

**Aprovado!**

Está em votação o projeto em 1º Discussão do Projeto de Lei nº 478/07.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado!**

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/07, que autoriza a concessão de subvenção em recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de equivalência em produto em operações de crédito contratada por produtores rurais. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 076/07, de 03/07/07, em Mensagens**).

Solicito ao Deputado Elton Welter que proceda a leitura do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ELTON WELTER (PT)

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 479/07  
ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 024/07

Autoriza a concessão de subvenção em recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de equivalência em produto em Operações de Crédito Contratada por Produtores Rurais, conforme especifica.

Autor: Poder Executivo

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º, *Autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE sob a modalidade de 'equivalência em produto' em operações de crédito contratadas com instituições oficiais, na forma estabelecida em ato específico.*

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente, *A ampliação de oportunidades dentro das propriedades de base familiar, com a oportunização de novas tecnologias, especialmente no que tange a uma mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades, o que certamente deverá contribuir para melhoria da atividade, aumento da produtividade e conseqüentemente da renda familiar, com redução de custos e o crescimento da atividade agropecuária, fixando o produtor familiar na atividade e evitando o êxodo rural.*

*Visa, ainda, financiar o empréstimo solidário à aquisição de tratores e implementos, com vistas a contribuir para a expansão e a dinâmica da agricultura familiar, em todos os segmentos da exploração agropecuária.*

É o relatório.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ELTON WELTER - Relator"

Nosso parecer é favorável.

Esse projeto até para justificar a intenção do Poder Executivo é a retomada do "Panela Cheia" para quem conhece esse Programa. Equivalência em produto serão transformados todas as operações de crédito ligadas a todas as modalidades de PRONAF, claro, de todos os 320 mil produtores, agricultores familiares que quiserem acessar esses recursos do PRONAF terão como moeda um produto, num primeiro momento o estado vai adotar o milho como produto, equivalência e milho. O produtor pegará emprestado recurso no banco para comprar ou um trator ou uma enfardadeira, algum equipamento para a sua propriedade, desde que esteja de acordo com as regras do PRONAF e ele pagará esse financiamento com milho. O estado também está estudando o procedimento com o leite.

É uma medida muito acertada, dará um equilíbrio de uma forma de programação por parte de quem busca recursos na medida em que sabem com quantas sacas de milho será quitado o seu financiamento. E não tem problema se eventualmente tiver excesso de oferta, por exemplo, do milho a tabela será o preço mínimo fixado pela CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Quando o preço estiver de mercado menor do que o preço mínimo, será garantido o preço mínimo para o produtor.

Portanto, sempre será o número x de sacas de milho a conta que o produtor pagará no banco. Um bom projeto e merece o apoio desta Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Nobre Presidente, parabéns pela serenidade depois de tantas horas de Sessão.

Quero fazer um registro também ao nobre Deputado Elio Rusch, nunca vi um Parlamentar estudar tantos projetos como ele estudou para essa tarde, para discutir todos esses projetos e com conhecimento de causa. Se o Guinness Book passar por aqui, tenho a impressão de que ele leva o troféu. É o Fidel Castro lá em Cuba, com discurso de 7 horas e o nosso brilhante colega, o Deputado Elio Rusch, aqui na tribuna.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Elton Welter.

#### **Aprovado.**

Convido o Deputado Professor Luizão para proceder a leitura do parecer da Comissão de Finanças, ainda sobre o Projeto de Lei nº 479/07.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

**(Lê):**

**"COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS  
AO PROJETO DE LEI Nº 479/07  
ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 024/07**

Autoriza a concessão de subvenção em recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de equivalência em produto em Operações de Crédito Contratada por Produtores Rurais.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Professor Luizão

#### **Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º, *Autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE sob a modalidade de 'equivalência em produto' em operações de crédito contratadas com instituições oficiais, na forma estabelecida em ato específico.*

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância para a ampliação de oportunidades dentro das propriedades de base familiar, com a oportunização de novas tecnologias, especialmente no que tange a uma mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades, o que certamente deverá contribuir para melhoria da atividade, aumento da produtividade e conseqüentemente da renda familiar,

com redução de custos e o crescimento da atividade agropecuária, fixando o produtor familiar na atividade e evitando o êxodo rural.

Visa, ainda, financiar o empréstimo solidário à aquisição de tratores e implementos, com vistas a contribuir para a expansão e a dinâmica da agricultura familiar, em todos os segmentos da exploração agropecuária.

É o relatório.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o parecer da Comissão de Finanças.

#### **Aprovado.**

Procede-se neste instante a votação em 1ª discussão do Projeto de Lei nº 479/07.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Quero dizer ao Plenário e principalmente ao Deputado Belinati, em absoluto. Mas, como é uma das últimas Sessões que estamos realizando, este projeto que votamos hoje, entendo de suma importância. Todos, igual a este aqui. Tanto é que a Oposição tem uma emenda já pronta, que vamos apresentar na 2ª votação, que nós concordamos que o Governo possa subsidiar, sem os juros, para os pequenos agricultores.

O Deputado Valdir Rossoni, que é o Líder da Bancada da Oposição, junto com a assessoria já elaboraram emenda, já está pronta, que vamos apresentar, porque não achamos justo que você venha a retirar, Deputado Belinati, depois, o próprio dinheiro do FDE. Mas, o dinheiro que seja retirado do Tesouro do Estado, senão, vamos dilapidar o FDE e não temos mais recursos para financiar, depois, os pequenos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/07. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso do imóvel localizado no município de Jandaia do Sul. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Mensagens).

Solicito ao Deputado Cleiton Kielse que proceda a leitura do parecer da CCJ.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

(Lê):

#### **“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO PARECER PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 494/07 MENSAGEM Nº 025/07**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel localizado no município de Jandaia do Sul, conforme especifica.

Autor: Poder Executivo

#### **Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º: *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a Matrícula nº 2609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.*

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente *aos elevados interesses públicos, mormente aos da região do cessionário, eis que no mencionado imóvel o município de Jandaia do Sul irá construir um Centro de Convivência do Idoso, condição resolutive esta que consta no texto do projeto de lei em causa. A cessão de uso ora proposta vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser renovada mediante consenso entre as partes.*

É o relatório.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CLEITON KIELSE - Relator”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o parecer da CCJ. **Aprovado.**

Solicito ao Deputado Carlos Simões que, por gentileza, proceda a leitura do parecer da Comissão de Finanças.

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

(Lê):

#### **“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO PARECER PELA COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 494/07 MENSAGEM Nº 025/07**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel localizado no município de Jandaia do Sul, conforme especifica.

Autor: Poder Executivo

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a Matrícula nº 2609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância aos elevados interesses públicos, mormente aos da região do cessionário, eis que no mencionado imóvel o município de Jandaia do Sul irá construir um Centro de Convivência do Idoso.

É o relatório.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CARLOS SIMÕES - Relator"

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças. **Aprovado.**

Será procedida neste instante a votação do item nº 14.

1ª discussão do Projeto de Lei nº 494/07.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2071, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero dizer que gostaria de encaminhar contrariamente a esse requerimento. A matéria na verdade trata de um tema de um órgão que trabalha em auxílio a este Poder Legislativo.

Os temas, sinceramente, não são temas objeto de um requerimento, sendo na verdade muito amplos, ou seja, aqui tem um caráter investigatório no presente requerimento e não é o caso, Sr. Presidente, parece-me, a ser tratado através de um pedido de informações. Por isso, queria encaminhar especificamente nesse requerimento contrário à sua aprovação pelo Plenário desta Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, acho que a maioria não conhece o teor do requerimento do nobre Deputado Jocelito Canto e nós vamos votar sem saber o teor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Jocelito vai encaminhar e se for o caso nós lemos o teor do requerimento.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, para encaminhar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Iria sugerir a V. Exa. que o nosso Secretário pudesse ler o requerimento, até porque ficou da Sessão anterior e alguns Deputados não conhecem o teor do requerimento. Na seqüência faço o encaminhamento, Sr. Presidente, se assim o senhor entender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda a leitura do requerimento do Deputado Jocelito Canto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)  
(**Lê o requerimento**)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Este requerimento já teve sua discussão adiada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na verdade, eu não entendi por que o Deputado Romanelli encaminhou contrário a este requerimento, porque não tem nada a ver com o Governo. Eu não compreendi o encaminhamento dado pelo Deputado Romanelli porque, na verdade, este requerimento só tem a ver com aquilo que o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Nestor Baptista, disse aqui, nesta Casa, nos anos 60 do Tribunal de Contas, que nós podíamos usar dos trabalhos, podíamos usar da assessoria do Tribunal.

Recentemente, o Ministério Público fez uma indicação de que há irregularidades em cargos. Não fui eu, não foi um jornalista, foi o Ministério Público, que é o guardião da lei, que disse que há irregularidades na contratação de cargos. Então, compete a este Poder pedir as informações porque o mesmo Ministério Público, Sr. Presidente, deu prazo a V. Exa. para que informássemos os nossos cargos daqui. O Tribunal de Contas nos deu um prazo. Eu já informei e acho que a maioria dos Deputados também, sobre essa questão do nepotismo. Então, o Ministério Público pediu as informações e não é justo que o Tribunal de Contas não faça também.

Queria registrar, Sr. Presidente, que esta Casa tem algo que nós chamamos de Anais. Tudo que se faz aqui, aqui fica registrado. Quando passar por aqui não quero, lá na frente, ser acusado de ter sido omissos na minha participação neste Poder. Eu sei que vou perder este requeri-



mento, que o requerimento já está devidamente preparado para eu perder. Semana passada, eu perdi alguns requerimentos que eram importantes para buscarmos as informações. Eu sei de tudo isso, mas eu tenho que cumprir o meu papel que é de fiscalizar, ainda mais quando um órgão, como o Ministério Público do Estado do Paraná, aponta indícios. O que cabe a nós? Perguntar. Tem aquele velho ditado que diz: perguntar não ofende. Se ofender um requerimento destes, apenas pedindo informações, se não quer informar é por que algo está errado. Então, estou apenas informando, pedindo informações para que possamos analisar.

O Tribunal de Contas está devendo a esta Casa, alguns requerimentos não foram informados e cabe ao Presidente do Tribunal de Contas, que está incorrendo em crime em não responder requerimento aprovado, nesta Casa, em Sessão Plenária. Eu venho reivindicando, aqui, o cumprimento das informações dos requerimentos aprovados neste Plenário. A lei determina que eles devem informar, sob pena de cometer crime de responsabilidade e isso já está ocorrendo em relação a alguns requerimentos aprovados nesta Casa.

Para o senhor ter uma idéia, eu recebi hoje - no começo da Sessão foi lido o requerimento dos gastos do Governo Jaime Lerner em publicidade. Estranho, Deputado Romanelli, V. Exa. está defendendo o Tribunal de Contas, que tem dois pesos e duas medidas com o Governo, porque, por exemplo, as contas do Governo Requião vieram detalhadas onde foi gasto o dinheiro da publicidade, dos anos de 2006 e 2005, juntamente. O Tribunal mandou as contas, que V. Exa. reclama tanto - o Deputado pediu de 2006 e veio de 2005 de presente. O Conselheiro Dr. Guimarães disse que era um gesto de gentileza, de 2005. Mandou detalhado por número das contas do Requião. Para surpresa minha, as contas do Lerner, dos 8 anos, foram aprovadas.

Recebi, hoje, Sr. Presidente, a última que faltava, fora do prazo e o tribunal pode - quando erramos, eles querem nos “canetear”. Está aqui: Assembléia Legislativa, prestação de contas, contas do Jaime Lerner de publicidade, de 2002, 79 milhões, mas não veio discriminado, veio só isso. As do Governador Requião vieram detalhadas até a cor da cueca do Secretário da Comunicação.

Com todo o respeito, mas a verdade é essa, Deputado Romanelli. Agora, V. Exa. vai defender o tribunal, que lhe condenou. Não sei como é que se chama isso no Direito. V. Exa., quando encaminha para não informar, está defendendo o tribunal que está lhe condenando, que está mandando as contas bem específicas do seu Governo, e do outro Governo não quer responder.

Deputado Romanelli, nós temos um segundo requerimento aprovado nesta Casa, que determina que ele mande, esclarecido e detalhadamente, o que está aqui.

Estou solicitando é apenas um pedido de informação. Há uma denúncia do Ministério Público. Há também um denúncia do Tribunal de Contas, que as contas do

Ministério Público serão rejeitadas, porque foi gasto além do orçamento. Quero deixar registrado - sei que vou perder - nos Anais desta Casa, que não me omiti, apenas perguntei. Eu sou daquele tempo ainda, que perguntar não ofende.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Jocelito Canto.

Os Srs. Deputados que forem contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados são contrários ao requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Treze Srs. Deputados.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2072, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 2073, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu queria encaminhar favorável a este requerimento, desde que o autor retire o outro requerimento, porque, veja só, os 2 requerimentos são do mesmo teor: um destinado ao Presidente do Tribunal de Contas, e o outro destinado ao Secretário da Fazenda.

Eu queria solicitar ao autor que retirasse esse do Tribunal de Contas e que, de fato, esse requerimento que foi readequado pelo Deputado Jocelito pudesse ser aprovado para que o Secretário Heron Arzua esclarecesse as suas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o Deputado Jocelito Canto ...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não dá para deixar o do Tribunal?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu prefiro o do Secretário Heron, porque daí ele esclarece, de fato, esse tema de forma definitiva.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu queria negociar com V. Exa.: deixamos o do Tribunal e tiramos o do Heron Arzua. Só negociamos. Uma negociadinha não faz mal a ninguém.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, o destinatário deste requerimento é o Secretário da Fazenda, claro, óbvio. Então, eu mante-

nho, aqui, a minha oferta de negociação para o autor do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu sei que vou perder, também, de novo, eu estou em minoria aqui, e como não sou um árabe, mas o Anibal Khury que era um grande árabe, e que estava nesta Casa, nos ensinou que tem a hora de saber perder, a hora de empatar, e a hora de ganhar. Como eu vou perder e não dá para empatar, então, eu vou aceitar a oferta do Deputado Romanelli, pelo menos eu ganho uma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Retirado o requerimento ao Tribunal de Contas e aprovado o requerimento ao Sr. Secretário da Fazenda.

Requerimentos n°s 2098 a 2101, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2042, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Teruo Kato, Jocelito Canto, Luiz Eduardo Cheida e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimentos n°s 2095 a 2097, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2105 e 2108, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2106, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2113 a 2116, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2128, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2129, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2131, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício e Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 2120, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 312 e 427/07 e do Projeto de Resolução n° 010/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 146, 243, 244, 324, 401, 421, 442, 454, 467, 478, 479 e 494/07; do Projeto de Lei Complementar n° 460/07 e do Projeto de Resolução n° 017/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 018/07; e dos Projetos de Lei n°s 242, 321, 340, 399, 414, 439, 455 e 469/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 243, 244, 324, 421 e 467.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 085 e 411/07.

Levanta-se a Sessão.

